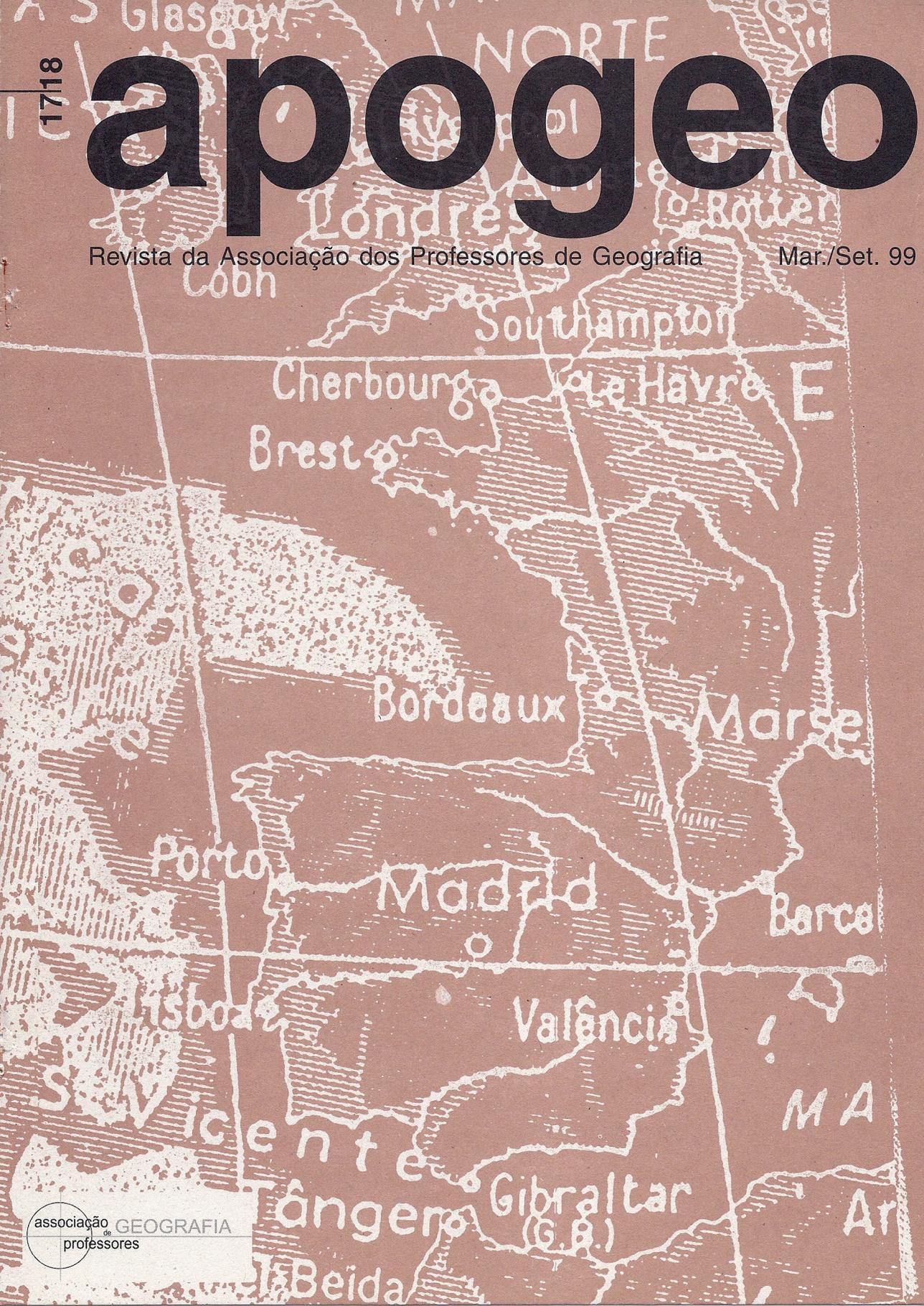


1718

apogeo

Revista da Associação dos Professores de Geografia

Mar./Set. 99



FICHA TÉCNICA

Director: António George Camacho

Comissão de Redacção: Maria Júlia Teixeira; Miguel Inês Soares;

Moisés Fazenda Dias; Rui Pimenta

Capa: Vasco Albuquerque

Propriedade: Associação de Professores de Geografia, Apartado 40 103, 1516-801 LISBOA

Tel./Fax: 21 365 84 24

e-mail: apg@aprofgeo.pt home page: <http://www.aprofgeo.pt>

Produção gráfica: *Impressionar, Lda.* • Tel.: 21 931 02 08

revista impressa em papel 100% reciclado

Subsidiada pelo IIE

Tiragem: 1500 exemplares Depósito Legal: 21 206/89 N.º de registo ICS: 113 489

EDITORIAL

Numa altura em que estão em curso várias reformas no sistema educativo português, nomeadamente a nível curricular, é importante reflectirmos sobre o papel da Geografia na formação dos cidadãos. Deveremos fazê-lo de uma forma desapaixonada, isto é, evitando razões de natureza afectiva e/ou corporativa e procurando fundamentar as nossas posições em critérios de natureza científico-pedagógica e em necessidades de cidadania, tanto ao nível local como global.

Uma primeira reflexão neste debate é sobre se nos deveremos contentar em ensinar Geografia ou se nos deveremos preocupar em educar geograficamente os nossos alunos. Esta segunda perspectiva implica não só uma aquisição de conhecimentos e de competências mas também a interiorização de valores relativamente ao território, que terão a sua visibilidade nos comportamentos e atitudes dos cidadãos. Bastará fazer um pequeno itinerário pela maioria das nossas cidades, apenas para citar um exemplo, para nos apercebermos que os valores prevalecentes são os ditados pela especulação económico-financeira imediatista. Os efeitos perversos deste quadro de valores estão à vista e os custos de remediação ou de correcção são bem superiores aos que teriam sido necessários para educar geograficamente os actuais decisores.

Em termos de sistema de ensino, é fundamental a definição de um perfil de aluno para cada um dos níveis de escolaridade — a Associação de Professores de Geografia já deu um primeiro contributo para um perfil de saída no final da escolaridade obrigatória — que sirva de referência à selecção dos valores, conceitos e competências que devem ser trabalhados em cada nível. Estes conteúdos atitudinais, conceptuais e procedimentais, assim definidos, devem limitar-se àqueles que são verdadeiramente importantes e estruturantes por forma a estabelecer-se um *core curriculum* que sirva de fio condutor a todo o desenvolvimento do processo formativo.

A aplicação destes pressupostos à educação geográfica, no âmbito do sistema escolar português, permitirá compreender melhor as suas finalidades, centrar-se sobre o essencial e tornar o processo de ensino/aprendizagem mais significativo e dinâmico. Deste modo, serão introduzidas mudanças significativas na geografia escolar.

O Director

ANÁLISES E REFLEXÕES

*A Geografia Física nos programas de Geografia**

«Viagens» pelo séc. XX

Maria Helena Ramalho

1. Introdução

Reflectir sobre a Geografia Física nos programas oficiais dos ensinos não superior é um tema aliciante, mas também algo problemático. Há que começar por clarificar alguns conceitos e delimitar a abrangência.

1.1. Noção de Geografia Física

A primeira dificuldade a vencer foi a do próprio conceito de Geografia Física. O adjectivo «Física» designa o quê?

No Dicionário Crítico de Geografia dirigido por Roger Brunet e intitulado *Les Mots de la Géographie*, especifica-se que o termo «físico» designa *tudo o que não foi criado pela Humanidade, mesmo que esta lhe tenha frequentemente modificado qualquer aspecto*. Na mesma obra, considera-se a **Geografia Física** como a *parte da Geografia que estuda os fenómenos naturais em si próprios e na sua relação com a actividade humana*.

Poderemos, então, discutir relativamente à própria noção de «natural». Oscila-se entre o sentido lato, que se reporta a todos os elementos naturais (inanimados e vivos), e o sentido restrito, que limita a acepção aos primeiros. Na berlinda ficará, pois, o posicionamento de estudos relacionados com a fauna e a flora.

No âmbito do presente texto, considera-se o termo na sua acepção mais ampla e, como tal, a Geografia Física abarcará o estudo de elementos tão diversos como as águas, os solos, a atmosfera e o clima, a vegetação, o relevo, ... Até se incluem rubricas

* O presente texto é uma adaptação da conferência levada a cabo pela autora nas II Jornadas de Outono de Geografia Física, Maia, Novembro de 1997.

associadas à cosmografia, não porque sejam Geografia propriamente dita, mas porque se enquadram na componente «física».

1.2. Abrangência

Se a clarificação conceptual levada a cabo foi imprescindível desde o primeiro momento, necessária foi também a delimitação da abrangência do estudo.

- incidiria sobre os programas de Geografia de **todos** os níveis de ensino ou somente sobre alguns?
- recuaria até onde?
- seria um estudo contínuo no tempo ou analisaria somente algumas situações hipoteticamente mais significativas?

Contrariamente ao que ousei pensar num primeiro momento, os condicionalismos de tempo rapidamente me apontaram o viável. Fiquei-me pelo estudo de *algumas situações no tempo, com início no estado Novo e restringi-me aos níveis de escolaridade que actualmente correspondem ao 3.º ciclo do ensino básico e ao ensino secundário.*

Nestes cerca de 70 anos, houve pequenas fases de grande instabilidade nos programas, o que originou novo afunilamento neste estudo — *limito-me a analisar os programas que permaneceram alguns anos em vigor.* Efectuo, pois, não uma «viagem» contínua, mas várias digressões pontualmente interrompidas.

Em suma, analisam-se **8 conjuntos de programas** — os de 1931, 1936, 1947/48, 1954, alguns do início dos anos 70, os do pós-74, os dos anos 80 e, por último, os programas actuais.

2. A Geografia Física nestes conjuntos de programas

2.1. Análise quantitativa

- Metodologia

Fazer uma abordagem quantitativa da vertente «física» dos programas de Geografia não é tarefa fácil. A pseudo-objectividade do *número* encontra-se altamente comprometida pela enorme e inevitável subjectividade do(s) critério(s) de quantificação.

Mesmo ciente deste risco, teimei em procurar um critério de quantificação passível de ser utilizado com qualquer programa. Decidi, então, para cada programa e ano de escolaridade:

- fazer o somatório dos temas, subtemas e outras alíneas (ou seja, considere todos os tópicos que envolvem até 3 dígitos)¹;
- calcular o somatório dos temas, subtemas e outras rubricas que abrangem assuntos relacionados com a Geografia Física²;

¹ Dois programas dificultaram imenso esta tarefa — os de 47/48 e de 54. A sua total falta de estrutura aliada a um grafismo incoerente criam obstáculos quase intransponíveis.

² Todas as rubricas que só parcialmente ou indirectamente envolvem assuntos de geografia física foram contabilizadas como meia (0,5) rubrica.

— determinar, a partir dos dois somatórios anteriores, a percentagem (o «peso») da Geografia Física nos programas de Geografia.

- Dados

Os dados mostram-nos um envolvimento da componente física muito variável — oscila-se entre programas exclusivamente de Geografia Física e outros em que esta componente tem uma presença verdadeiramente insignificante (estas situações extremas registam-se particularmente nos últimos anos de escolaridade considerados) (quadro 1).

Quadro 1 — «Peso» (%) da Geografia Física nos diversos programas

Períodos de vigência								
Anos de escolaridade	1931>34	1936>47	1948>54	1954>fim anos 60	Início anos 70	Pós 74	Anos 80	Anos 90
7.º (III cl./3.º ano)	36		81*	81*	79	71	83	27
8.º (IV cl./4.º ano)	36	73	54*	61*	?	56	25	—
9.º (V cl./5.º ano)	47	40	47*	47*	54	47	I	34
10.º (VI cl./6.º ano)	97	49	83*	75	76	61	D - I	
11.º (VII cl./7.º ano)	40	100	I	I	I	I	A - 100	
«Peso» médio	51%	66%	53%	53%	52%	47%	47%	29%
I - Insignificante * - Valor com probabilidade de erro D - área D A - área A								

Em média, ao longo destas quase 7 décadas, a Geografia Física teve uma presença de **quase 50%**.

Cada um dos 8 conjuntos de programas considerados apresenta globalmente um peso da Geografia Física também variável, oscilando-se entre uma presença mais significativa nos *programas de 1936* (na globalidade, atinge os 65,5%) e uma presença manifestamente inferior nos *actuais programas* (na globalidade, atinge os 29%).

Apesar de a grande quebra ser a da última Reforma, foi notória a tendência decrescente a partir de 1974. É de salientar que os três conjuntos de programas pós-74 são aqueles cujo «peso» da Geografia Física é inferior a 50% e simultaneamente inferior ao valor da média destas últimas 7 décadas.

2.2. Análise qualitativa

- Ramos da Geografia Física

Para a reflexão qualitativa sobre os programas com notório envolvimento da componente física, recorri, em primeiro lugar, ao reconhecimento dos grandes ramos contemplados. Tentei, ainda, para cada ramo, identificar os principais conjuntos de assuntos focados.

Mais uma vez, as dificuldades marcaram presença. Se em alguns casos os referidos reconhecimento e identificação foram imediatos, em vários outros surgiram dúvidas, por exemplo:

- por vezes, a dinâmica fluvial parece nitidamente enquadrada na perspectiva puramente hidrológica, enquanto que noutras situações a abordagem se faz na linha geral da geodinâmica externa (a par de outros agentes erosivos)³;
- onde inserir rubricas como a «repartição das terras e dos mares» e os «limites territoriais»? Optei por enquadrá-las num grupo intitulado «Generalidades».

Os resultados desta tentativa de enquadramento encontram-se sistematizados no quadro 2.

Dos 27 conjuntos de assuntos enunciados nos 30 programas analisados, destacam-se 5 com ocorrência em, pelo menos, 20 desses programas — climas, morfologia continental, cobertura vegetal, elementos e factores do clima e hidrologia fluvial. São, pois, estes os assuntos que de uma forma mais sistemática têm constado dos nossos programas.

Rubricas como os tipos de solos, a hidrologia subterrânea, os recursos energéticos, a Geo-história, os recursos na perspectiva da utilização e gestão, a morfologia submarina, a hidrologia glaciária, a poluição e os riscos/catástrofes são contemplados em menos de 5 programas. Registe-se que alguns deles estão unicamente englobados em programas desta última reforma.

- Tipo de abordagem

A análise do enunciado e das observações dos programas e a consulta a alguns manuais escolares permitiu inferir o cunho da abordagem geográfica ao longo dos tempos.

Nos programas dos anos 30 (1931 e 1936) assumiu-se um cariz eminentemente *descritivo*, nas III a V classes / no 2.º ciclo liceal, respectivamente. Tanto as Observações como o enunciado das rubricas programáticas o testemunham. Nas VI e VII classes (programa de 1931) e no 3.º ciclo (programa de 1936) pretende-se também a vertente *interpretativa*.

1931

«O estudo da geografia descritiva deve ser feito por meio de globos, cartas, relevos, fotografias e projecções fixas e animadas, de modo a permitir a fácil evocação das regiões estudadas.»

in Observações, relativas às classes III a V

1936

«No ensino da física da atmosfera e dos oceanos, compêndio e professor não exporão teorias complicadas, devendo cingir-se à exposição e explicação de factos simples e fundamentais.»

in Observações, relativas ao 3.º ciclo

³ Em vários casos, as referências hídricas eram meras enumerações de designações e localizações.

Quadro 2 – Enquadramento das rubricas programáticas nos grandes ramos da Geografia Física

Ramos Geografia Física	1931>34			1936>48 2.º ciclo 3.º etc.			1948-54			1954> fim anos 60			Início anos 70			Pós-74 C. Geral			Anos 80			Anos 90					
	IIIc	IVc	IVc	Ic	IIc	VIIc	3.º	4.º	5.º	6.º	3.º	4.º	5.º	6.º	1.º	2.º	3.º	1.º	2.º	3.º	7.º	8.º	II-A.º	7.º	9.º	Sec.	
<i>Climatologia</i>																											
Caract. gerais atmosfera	X	X																									
Climas																											
Elementos e factores clima																											
<i>Geomorfologia</i>																											
Morfologia – continental	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Morfologia – litoral																											
Morfologia – submarina																											
Geodinâmica – interna																											
Geodinâmica – externa																											
Bases geológicas																											
<i>Hidrologia</i>																											
Fluvial	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Marítima	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Lacustre																											
Glaciária																											
Subterrânea																											
<i>Biogeografia</i>																											
Cobertura vegetal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Reino animal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Rec. subsolo</i>																											
Minerais/Matérias-primas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Energéticos																											
<i>Pedologia</i>																											
Tipos de solos																											
<i>Geo-história</i>																											
<i>Ambiente</i>																											
Poliuição																											
Riscos nat./Catástrofes																											
Recursos (utiliz. e gestão)																											
<i>Generalidades</i>																											
Repartição terras-mares																											
Situação, limites territ.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Outros asp. (ilhas, peníns.)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Cosmografia</i>																											

Com as **reformas de 1947/48 e de 1954** explicita-se a pretensão de ultrapassar o cunho descritivo (cf. Observações), embora o enunciado das rubricas deixe algumas dúvidas (por exemplo, Europa).

1948

«A complexidade dos factores que actuam sobre a superfície terrestre, as maneiras variadas como se combinam e como actuam uns sobre os outros, sendo quase sempre simultaneamente causa e efeito, determinam um exercício constante das faculdades de análise, de comparação, de selecção de elementos predominantes, de dedução. (...) Mas — e isto é fundamental — todo este valor se perde se dermos ao ensino da geografia um carácter puramente descritivo.»

in Observações, relativas aos 3.º a 5.º anos

Nos **anos 70** reforça-se a intenção *explicativa*.

1970

«Estudar geografia não é aprender coisas de cor. (...) É sobretudo relacionar sempre: notar como a açoteia aparece em área de clima seco, como as estepes têm 'vocação' pastoril, ...»

in Preâmbulo do programa do 1.º ano liceal (fonte: JN 8/10/70)

Nos programas dos **anos 80**, o cunho *interpretativo* é notório, tanto nos objectivos gerais como nos operacionais.

Anos 80

«Utilizar os métodos e técnicas de investigação geográfica tendo em vista a compreensão dos principais problemas do espaço geográfico português. Compreender o espaço português na sua globalidade e diversidade.»

in Objectivos Gerais, programa para o 8.º ano

Os **actuais programas**, logo nos princípios orientadores, preconizam uma abordagem *integrada, sistémica*, em que a compartimentação Geografia Física/Geografia Humana é desprovida de sentido. Assume-se a necessidade e a urgência de se praticar uma Geografia dos Problemas.

Anos 90

«(...) considera-se que a abordagem sistémica, ecogeográfica, permite identificar as variáveis que interferem na configuração do meio físico, fazendo emergir o Homem como agente que, (...), contribui para a estabilidade e o equilíbrio (ou não) desse meio e revela-nos ainda as interacções que ligam o Homem à Natureza.

«(...) a Geografia, como disciplina curricular tem-se desenvolvido desde uma perspectiva monográfica, temática, descritiva, passando por uma abordagem essencialmente analítica, para se converter, no momento actual, numa Geografia dos problemas.»

in Introdução, programa para o Ensino Secundário

Numa análise transversal da evolução dos programas, relativamente a duas problemáticas espaciais — A Geografia de Portugal e a do Espaço Europeu — constata-se que, globalmente, a **evolução foi do tipo de deslizamento**, salvo a referente às duas últimas décadas (particularmente a última) em que a **ruptura é flagrante**.

3. Conclusão

Os actuais programas:

- são os que contemplam menos geografia física;
- apesar de envolverem algumas rubricas tradicionais (clima, por exemplo), colocam a tónica no ambiente, incluindo rubricas inéditas associadas à temática ambiental (riscos/catástrofes; poluição);
- pretendem assumir um cunho integrado.

Se é verdade que a visão integradora é interessante e desejável, levantam-se, contudo, algumas interrogações quanto à sua viabilização (principalmente no 3.º ciclo do ensino básico):

1.º – será didacticamente exequível chegarmos ao todo integrado sem um sólido conhecimento das partes?

2.º – essa integração encontra-se facilitada pelas aprendizagens provenientes de outras disciplinas do plano de estudos? Registe-se e inexistência de conhecimentos de química no 7.º ano e a escassez e fragilidade de conhecimentos na área da geologia.

Outra questão que nos parece problemática (e penso que todos já repetidamente a reconhecemos) é a que se reporta à escala espacial envolvida nos actuais programas — o **estudo da Geografia de Portugal** (física, humana, integrada) é **somente contemplado no ensino secundário**, como disciplina da formação específica. Uma situação deste género *só encontra paralelo nos programas do início dos anos 30* (quadro 3).

Leituras de um processo editorial: Os manuais de ensino de Geografia (1800/1911)

*Filipa de Matos Fontinha e Luís Miguel Moreira¹
Gabriel de Castro Ferreira e José António Horta²*

TENDO como base uma lista bibliográfica de cerca de 250 títulos relativos a Manuais de Ensino de Geografia, do início do século XIX à implantação da República, tentámos elaborar algumas leituras sobre o processo de produção editorial desse universo³. Assim, a partir de uma tipologia que abrange, entre outros, atlas escolares e lições, compêndios e Manuais de Geografia e de Corografia, foram inventariadas e comentadas as numerosas edições e cartografados os espaços geográficos referidos, com vista à análise do processo no quadro da época e do desenvolvimento da história do ensino em Portugal. Porém, este estudo não é decorrente de uma consulta exaustiva dos conteúdos dos manuais referidos mas, tão-só, de um tratamento estatístico feito a partir da lista bibliográfica.

As obras contempladas abarcam todos os níveis de ensino (desde o primário ao superior) e mesmo os manuais editados no estrangeiro que foram adoptados entre nós, no ensino da Geografia. É de recordar o facto de o Brasil, enquanto espaço estudado e produtor de discurso geográfico aplicado ao ensino da Geografia, apenas ter sido considerado até 1822, data da sua independência.

A partir da supracitada lista bibliográfica determinámos uma tipologia que englobou o volume anual de edições de manuais de ensino de Geografia, por «títulos geográficos», por «títulos gerais» e por local de edição, assim como os espaços contemplados nos títulos dos referidos manuais. As divisões temporais consideradas na análise de alguns destes temas, foram determinadas, não só pelas datas em que ocorreram as principais reformas do sistema educativo português como, por exemplo, as reformas de Passos Manuel (1836) e a de Costa Cabral (1844) mas também por outras

(¹) Professores estagiários de Geografia na Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo.

(²) Professores estagiários de Geografia na Escola Secundária de João Gonçalves Zarco, Matosinhos.

(³) A lista bibliográfica é publicada neste mesmo número da *Apogeo*.

datas marcantes para a disciplina, como o ano de 1872, altura em que foi elaborado o primeiro programa de Geografia, ou o de 1888, em que a Geografia se tornou autónoma em relação à História.

O século XIX marcou de forma indelével o ensino em Portugal. A grande transformação produzida no sistema de ensino português ocorreu aquando da Revolução Liberal de 1820, e que assinalou simultaneamente o fim do Antigo Regime e a ascensão da burguesia urbana portuguesa. Daí em diante, o «Estado» assumia a responsabilidade da Instrução Pública, deixando esta de estar na mão do clero (R. CARVALHO, 1985, p. 561).

Contudo, a grande reforma do ensino não se verificou imediatamente após a Revolução Liberal, a despeito das propostas de Mouzinho de Albuquerque no Parlamento, mas, só em 1836, sob o impulso de Passos Manuel. É com base na legislação então promulgada que são criados os «liceus» em todas as capitais de distrito (R. CARVALHO, 1985, p. 51 e seguintes). Foi, a partir desse momento, que a publicação de manuais de ensino de Geografia conheceu um forte incremento, que se notou de forma mais intensa, a partir de 1844, altura em que ocorreu uma nova «reforma geral do sistema educativo» (M. FERREIRA, 1992, p. 100). Esta alteração estrutural, protagonizada pelo ministro Costa Cabral, contemplava o ensino de «Princípios de Corografia e História de Portugal», no primeiro grau de instrução primária, e de «Geografia» no segundo grau. Por sua vez, no ensino secundário, era leccionada a disciplina de «Cronologia e Geografia, especialmente a Comercial» (R. CARVALHO, 1985, p. 577 e 579).

O ensino da Geografia saía assim reforçado o que se traduziria, naturalmente, num aumento do volume de edições de manuais de ensino. Por sua vez, o ideal liberal manifestado na Constituição de 1822, de se ensinar «a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis» (R. CARVALHO, 1985, p. 533), contribuiu para o aumento do número de escolas primárias que passaram de 991, em 1840, para 2203 em 1872; bem como para o aumento das escolas particulares, cujo número passou de 1084, em 1845, para 1117 em 1862 (R. CARVALHO, 1985, p. 614). Assim, será legítimo supor que o total de alunos também terá aumentado até porque a instrução pública foi alargada a ambos os sexos, o que contribuiu para a necessidade de se aumentar a edição de manuais de ensino, alguns exclusivamente para escolas femininas.

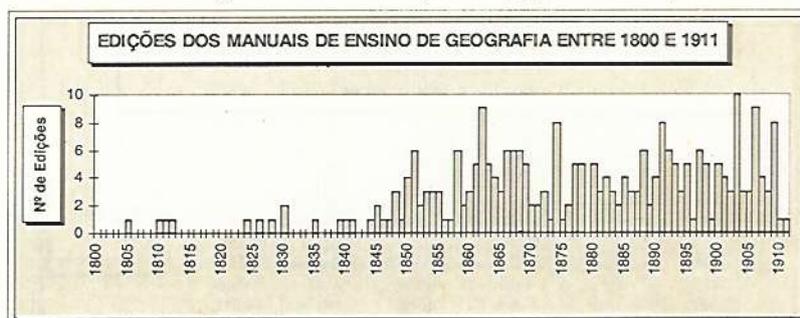
A publicação de manuais de ensino de Geografia em Espanha conheceu uma evolução semelhante àquela que se verificou em Portugal: o ensino em Espanha transformou-se também com a ascensão da burguesia urbana (1868), tendo sido a instrução pública assumida pelo Estado, passando a ter um carácter obrigatório, o que não acontecia até aí (CAPEL, 1985, pp. 20-21). Por sua vez, o número de escolas, alunos e professores aumentou significativamente, bem como o número de alfabetizados, o que exigiu um aumento do número de manuais de ensino (CAPEL, 1988, p. 8). Contudo, se o combate ao analfabetismo em Espanha alcançou resultados animadores, em Portugal em «(...) vésperas da Primeira Guerra Mundial, e após sessenta ou setenta anos de esforços estatais para promover a educação primária e a alfabetização das populações (...) Portugal tinha ainda uma taxa de analfabetismo elevadíssima: 75% (...)», ficando a dever-se esta situação, a um «comeditamento do seu esforço (do Estado) no campo da educação» (J. REIS, 1988, pp. 76 e 79).

Analisando o Gráfico 1, que representa a evolução das edições dos manuais de Geografia entre 1800 e 1811, constatamos que é possível individualizar dois períodos:

o primeiro, desde o início do século XIX até 1844, em que o número de edições é bastante reduzido e irregular, isto é, a produção anual não é constante verificando-se grandes hiatos temporais entre alguns anos de edição (repare-se que, entre 1812 e 1824, não há qualquer edição de manuais de Geografia); o segundo, a partir de 1844, quando essa tendência se inverte, ou seja, o número de edições de manuais, não só aumenta como adquire também um carácter mais regular, pois, só em 1879, não se verificou qualquer publicação.

Verificamos, ainda, que o maior número de edições num só ano, na segunda metade do século XIX, ocorreu em 1863, logo após as reformas do ensino secundário de 1860 e de 1863. O relatório elaborado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1876, chamou a atenção para a produção de novos manuais de ensino de Geografia. Contudo, esta situação não se verificou nos moldes desejados. Pelo final da centúria, o número de edições adquire uma maior regularidade e, em 1903, 1906 e 1909, registou-se um aumento significativo do número de manuais de ensino, podendo este aumento estar relacionado com as inovações introduzidas no sistema educativo português. Contudo, remetendo-nos exclusivamente à análise da lista bibliográfica, verificamos que os valores para esses anos não correspondem unicamente à publicação de novas edições, mas também à reedição de obras anteriormente publicadas.

Pela reforma de 1901, dirigida à instrução primária, o Estado responsabilizava-se pela construção de mais escolas; deste modo, o aumento, em 1903, do número de edições de manuais poderá estar relacionado com um aumento real do número de estabelecimentos de ensino e, conseqüentemente, do número de alunos. Por sua vez, a reforma do ensino secundário, que ocorreu em 1904, terminava com o regime do «livro único», o que poderá ter promovido a publicação de novos manuais, explicando-se assim o aumento registado em 1906. Este acréscimo poderá ligar-se ainda ao diploma do ministro Eduardo José Coelho, que alargava a instrução secundária ao sexo feminino, aprovando-se a criação dos liceus femininos, onde as disciplinas leccionadas eram bastante semelhantes às dos liceus masculinos (R. CARVALHO, 1985, pp. 641-646).



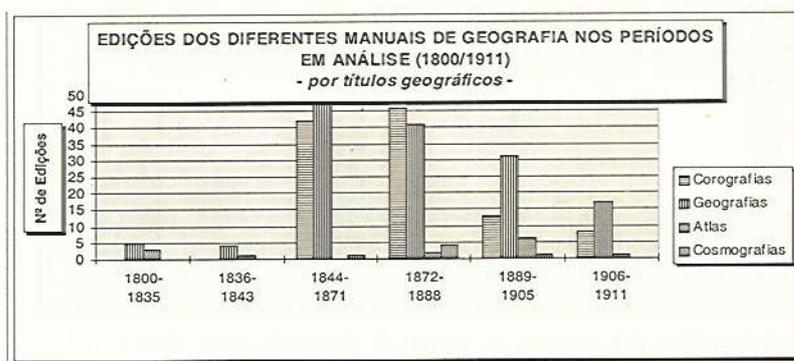
FONTE: Lista bibliográfica dos manuais de ensino de Geografia entre 1800 e 1911.

Na nossa lista de manuais de Geografia os principais tipos de «títulos geográficos» — Cosmografias, Geografias e Corografias —, a que acrescentámos os atlas escolares, caracterizam-se por um predomínio das Corografias e das Geografias (ver gráfico 2). É de registar que, entre os principais períodos considerados, a publicação de Geografias esteve sempre presente, apesar de a sua maior incidência se verificar no período de 1844 a 1871 e, seguidamente, no período correspondente ao aparecimento

dos primeiros programas específicos para a disciplina de Geografia, a partir de 1872. As Corografias surgiram com a reforma de Costa Cabral, em 1844, com um registo muito significativo de edições. No entanto, é no período seguinte — 1872/1893 —, que o número de edições de Corografias superou qualquer dos restantes «títulos geográficos», até mesmo das Geografias. Porém, a partir de então, o número de edições de Geografias e de Corografias, decresceu progressivamente. É de sublinhar a associação que verificamos entre as Corografias e as Geografias nos títulos dos manuais. Pela consulta da lista, as primeiras eram privilegiadas no ensino primário (46 edições exclusivamente destinadas e apenas 2 edições para o ensino secundário) dando a conhecer, sobretudo, os espaços geográficos nacionais e ultramarinos, abrindo assim o caminho para que no ensino secundário as Geografias promovessem a caracterização e a compreensão geral dos aspectos naturais e humanos de uma região (FERREIRA, 1992, pp. 101-102), daí, que as temáticas abordadas sejam tão variadas como a Geografia Física, a Política, a Hidrologia, a Economia, a Matemática, entre outras. Quanto às Cosmografias denota-se uma fraca publicação ao longo das principais reformas do ensino. Aliás, apenas se editaram Cosmografias no período de 1844 a 1904, com fraca relevância quantitativa proporcionalmente aos restantes «títulos geográficos» dos manuais de ensino de Geografia. A partir de 1886 foi dada grande relevância às Cosmografias, uma vez que um dos autores do programa da disciplina era o astrónomo Francisco Oom (FERREIRA, 1992, p. 107).

No que respeita às edições de atlas, no período considerado, estas não têm qualquer representatividade entre 1844 e 1871. A sua publicação é mais relevante entre 1894/1904 e talvez esteja relacionada com a edição do *Atlas Colonial Português* (primeira e segunda edições em 1903 e 1904, respectivamente). Nos restantes períodos registou-se a edição de atlas, mas sempre com um peso muitíssimo inferior aos restantes «títulos geográficos»).

Gráfico 2



FONTES: *Lista bibliográfica dos manuais de ensino de Geografia entre 1800 e 1911.* CARVALHO, Rómulo, *História do Ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, pp. 521-559.

Os manuais de ensino de Geografia não eram apenas apresentados sob «títulos geográficos». A partir da reforma de Costa Cabral (1844), surgiram com grande relevância

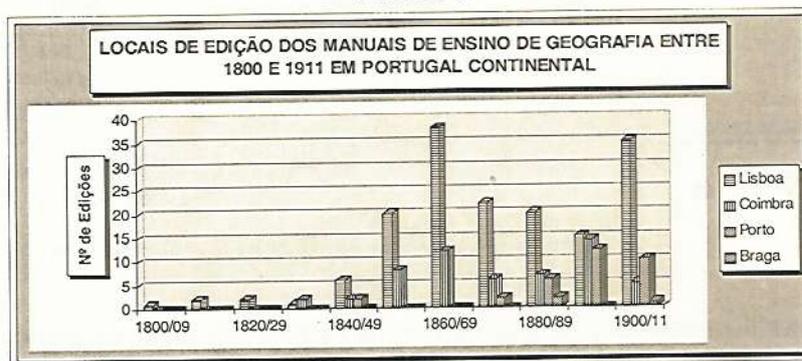
os Compêndios de Geografia (44 edições), remetendo os Princípios de Geografia (7 edições), os Elementos de Geografia (10 edições) e as Noções de Geografia (6 edições), para um panorama secundário. No seio dos «títulos gerais», o domínio dos Compêndios de Geografia estendeu-se entre 1844 e 1894, período em que se verificou um considerável aumento de edições de Princípios de Geografia e o surgimento dos Cursos de Geografia. Porém, após 1894, o número de edições dos Compêndios de Geografia diminuiu drasticamente, tomando os Cursos de Geografia o papel de líderes nas publicações de manuais de Geografia, por «títulos gerais». De qualquer modo, é no período de 1844 a 1894 que encontramos um volume mais significativo de edições de manuais.

A localização das editoras dos manuais de Geografia no território nacional é bastante concentrada: Lisboa, Coimbra e Porto revelam-se no século XIX como os grandes centros editores, se bem que também se tenham editado manuais em Braga, embora em menor quantidade. Esta concentração poderá estar relacionada, entre outros factores, com a existência nessas cidades de vários e grandes Liceus servindo um público estudantil mais vasto.

Na primeira metade do século XIX o número de edições de manuais foi bastante reduzida. Lisboa e Coimbra eram os únicos locais de edição, se bem que durante a década de 1840 surgissem as primeiras obras editadas no Porto. Esta é uma tendência que se vai manter nas décadas seguintes, mas, já no final do século, o número de edições no Porto aumenta de forma significativa quando comparado com Coimbra, tornando-se na primeira década do século XX como o segundo centro editorial do País.

Também nas Províncias Ultramarinas foram editados manuais de ensino de Geografia, nomeadamente nas cidades da Horta, de Lourenço Marques e de Nova Goa, talvez para fazer face a necessidades e exigências locais. No estrangeiro foram editados 9 Manuais de Ensino de Geografia para serem utilizados em Portugal: 7 deles em Paris e 2 em Gotha.

Gráfico 3

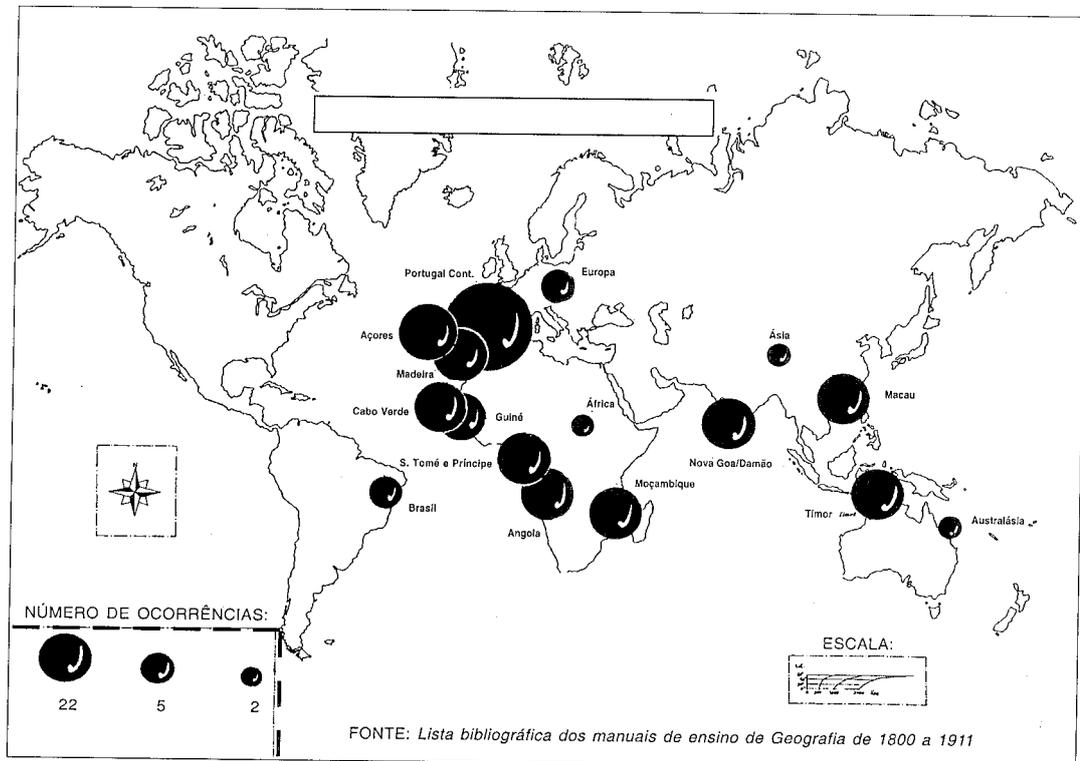


FONTE: *Lista bibliográfica dos Manuais de ensino de Geografia entre 1800 e 1911.*

Os espaços considerados no mapa 1 foram obtidos a partir da leitura geral dos títulos dos manuais de Geografia contabilizando-se os espaços aí referenciados. Como seria de esperar é Portugal Continental o espaço mais presente. De resto, os outros territórios mais cartografados dizem respeito ao império colonial português. A atenção dispensada às colónias ganhou maior relevo a partir da década de 1860, altura em que

foi publicado um novo regulamento para os liceus, decidindo-se que no 5.º ano se leccionaria a «História e Geografia especialmente de Portugal e suas colónias» (FERREIRA, 1992, p. 100).

Em 1872 surgiu o primeiro programa especificamente de Geografia e esta disciplina é considerada como um auxiliar da História. Assim: «(...) the study of Geography of Asia and Africa is prescribed as an introduction to the study of Ancient Oriental History, followed by that of Europe which precedes the study of the history of Ancient Greece and Rome, and the Middle Ages. In the following year the study of the Geography of Portugal precedes that of its history. The study of America and Australasia is also prescribed (...)» (idem, p. 101). Deste modo se compreende que os manuais incluíam o estudo dos diferentes continentes.



O estudo das colónias portuguesas ocupou sempre um lugar de grande destaque, sendo reforçado após a publicação do relatório sobre o ensino da Geografia realizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1876, e que apontava como um dos principais objectivos o de fazer com que os portugueses se interessassem pelas suas colónias na África e na Ásia (idem, p. 63). A Geografia prestava-se à edificação de um novo conceito de Império contribuindo para esse facto com a transmissão do conhecimento do espaço ultramarino.

No último quartel do século XIX, o papel desempenhado pela Real Sociedad Geografica de Madrid assemelhou-se em muito ao da Sociedade de Geografia de Lisboa:

destacando-se as numerosas discussões e propostas sobre o ensino e a divulgação da Geografia.

No que se refere à questão colonial também aquela instituição geográfica espanhola se preocupou com a difusão do conhecimento dos territórios ultramarinos no ensino geográfico (CAPEL, 1985, p. 87 e seguintes). Esta coincidência de posições pode ser entendida à luz do espírito colonialista/imperialista da época, no quadro da partilha de África, bem como pelas resoluções saídas dos diversos congressos internacionais organizados por sociedades geográficas. As instituições ibéricas procuraram, assim, pôr em prática, nos respectivos países, algumas das deliberações saídas das referidas reuniões internacionais.

No caso de Portugal, o objectivo de incentivar a crescente produção de manuais visaria ajustar os conteúdos das referidas obras à realidade portuguesa, principalmente à referida «construção» de uma nova mentalidade nacional baseada no amor à Pátria e na atenção às suas possessões ultramarinas.

O ano de 1888 foi aquele em que a Geografia surgiu como disciplina autónoma. Até esta data eram bastante numerosos os manuais que incluíam temáticas relacionadas com a Geografia e a História, entre outras áreas do saber. Após a autonomia da Geografia, os manuais de ensino desta disciplina não indiciam de forma explícita (no seu título), a inclusão de conteúdos de História, porém o corte não foi definitivo. Assim, apesar do decréscimo considerável do número de manuais com estas características verifica-se a existência de uma dezena de manuais de Geografia e Cronologia, que se revela como um auxiliar da História, confirmando-se que, apesar de se registar uma certa separação no que respeita à gestão curricular dos cursos das escolas primárias e liceus, continuou a verificar-se uma linha de contacto entre a História e a Geografia, realidade que vem a propósito da já referida deliberação decorrente do Congresso das Sociedades de Geografia em Paris: «They also stressed the importance of establishing the independence of Geography from History, but of recognizing the importance of drawing parallels between both syllabuses» (FERREIRA, 1992, p. 102).

Porém, esta autonomia oficial da Geografia demorou a dar os seus frutos, uma vez que a separação foi morosa e muito gradual. Isto ocorreu porque a Geografia no Curso Geral estava ligada à História, enquanto que no Curso Complementar estava conectada com a Cosmografia (idem, p. 109), revelando uma certa inércia em adquirir a desejada autonomia no seio das restantes ciências. Por comparação, em Espanha, a separação entre a Geografia e a História foi menos evidente, pelo menos a partir de 1888, pois no quarto curso de bacharelato de Geografia, em 1899, ainda existia a disciplina conjunta de Geografia e História (CAPEL, 1988, p. 31)

Como conclusão poderíamos dizer que é inegável o aumento do número de edições de manuais de ensino de Geografia na segunda metade do século XIX, tanto mais que a disciplina nunca foi negligenciada ao longo das sucessivas reformas de ensino que se fizeram desde 1836. O poder público sentiu necessidade, a partir desta data, de alfabetizar e moldar ideológica e culturalmente os indivíduos inseridos numa nova postura nacional, reservando-se à Geografia o papel de dar a conhecer não só o território continental e insular mas também os espaços coloniais e criar laços entre os portugueses e as suas possessões ultramarinas.

Bibliografia

- CAPEL, Horacio *et alli*, *El Libro de Geografía en España (1800-1939)*, Barcelona, Publicaciones Universitat de Barcelona, 1988, 213 pág.
- CAPEL, Horacio *et alli*, *Geografía para todos — La geografía en la enseñanza española durante la segunda mitad del siglo XIX*, Barcelona, Los Libros de la Frontera, 1985, 231 pág.
- CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, 962 pág.
- FERREIRA, Maria Manuela, *An Investiation into the Problems of Curriculum Planning and Development in Geography with special reference to the Curriculum of the Secondary Schools of Portugal*, Londres, University of London, Institut of Education, 1992, 640 pág.
- REIS, Jaime, *O analfabetismo em Portugal no século XIX: algumas reflexões em perspectiva comparada* in «Comunicações. 1.º Encontro de História da Educação em Portugal» Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, págs. 75-79.

Identidade europeia e programas de Geografia¹

Sérgio Claudino

1. A Geografia como instrumento da política pró-europeia

Em 1992/93 ocorreu a generalização do actual programa do 7.º ano de escolaridade, centrado no estudo da Europa; em 1996, concluíram-se dez anos de integração de Portugal na Europa Comunitária e ingressaram no 10.º ano os primeiros alunos que frequentaram os novos programas de Geografia do 3.º ciclo do Ensino Básico (7.º-9.º anos). Na perspectiva da avaliação do impacto dos novos currículos, repetimos, então, a aplicação de um inquérito já efectuado em 1990 a alunos do Secundário relativamente às suas representações da Europa, sobre cujos resultados nos debruçaremos.

Em Portugal, o processo de integração na Europa Comunitária foi marcado pelo forte empenhamento pró-europeísta da maioria da classe política, sem que tenha existido, por exemplo, qualquer consulta popular sobre o tema. A Comunidade surge, de resto, como uma das promessas de melhor futuro no Portugal do pós-25 de Abril².

Após um primeiro período de algum optimismo, resultante também dos grandes apoios financeiros comunitários à modernização do País em diferentes domínios, assistiu-se, em meados dos anos 90, ao fortalecimento das vozes cépticas relativamente à União Europeia, o que não foi alheio o crescimento das dificuldades económicas e de emprego.

À semelhança do que sucedera no século XIX relativamente aos ideais nacionalistas, o sistema de ensino e a disciplina de Geografia vão ser agora mobilizados para a identificação dos cidadãos com a Europa.

¹ Agradecemos à Dr.ª Cristina Pinho, ao Dr. João Alves, ao Dr. João Coelho, ao Dr. Leonel Rosado e à Dr.ª Lisa Vasconcelos, do GEOGRUPO, a sua colaboração na realização e análise dos inquéritos.

² GASPAR, J. (1988), «Réseau urbain et régionalisation», *Annales de Géographie*, n.º 541.

Na Comunidade, um ano depois da integração de Portugal, é aprovada a *Resolução sobre a dimensão europeia na Escola*³. Nela, a Geografia é uma das disciplinas para que é sugerida a construção de material escolar relativo à Europa (ponto 8). Em 1992, o Tratado da União Europeia institui a respectiva cidadania (n.º 1 do Artigo 8.º), dando assim mais um passo na construção de uma *Europa dos Cidadãos*⁴ para a qual o sistema de ensino é fundamental. No mesmo ano, no nosso país, a Recomendação n.º 2/92 do Conselho Nacional de Educação, também sobre a *Dimensão Europeia da Educação*, refere a necessidade de ela ser *marcante* e defende a construção de *um amplo espaço de multiculturalidade*, assente na mobilidade, intercâmbio e diálogo.

Instrumento de afirmação do Estado-Nação desde o século XIX, o papel ideológico da Geografia na construção da nova identidade é assumido por diversas figuras europeias ligadas ao seu ensino. Lembremos, apenas, a crítica de Norman Graves ao programa nacional britânico de Geografia, pela sua aparente neutralidade⁵.

Em Portugal, os planos curriculares para os Ensinos Básico e Secundário aprovados em 1989 assumem *o desafio da modernização resultante da integração de Portugal na Comunidade Europeia*⁶. O apoio das autoridades educativas à propaganda do ideal comunitário europeu traduziu-se, por exemplo, na criação dos *Clubes Europeus* a partir de 1987.

A reforma curricular promoveu nos 5.º e 6.º anos uma aparente revalorização do estudo do País, através da introdução de História e Geografia de Portugal. Ao contrário, no 3.º ciclo observou-se uma alteração profunda na disciplina de Geografia: apesar de se manter a abordagem do Mundo no 9.º ano, deixou de se estudar Portugal no 8.º ano de escolaridade, nível em que desapareceu a própria disciplina, e o 7.º ano passou a ser totalmente consagrado ao Velho Continente. Esta desvalorização da realidade portuguesa em favor da europeia, ditada pelas autoridades governamentais, foi alvo de grande contestação pelos professores de Geografia; em jeito de recompensa, os conteúdos de Geografia nos 10.º e 11.º anos de escolaridade, onde a disciplina funcionou apenas como opção, reportam-se apenas a Portugal.

A secundarização da dimensão portuguesa no ensino é visível nos *Objectivos programáticos* do 3.º Ciclo do Ensino Básico. Neles valoriza-se a dimensão para a cidadania, mas é feita apenas uma breve alusão a uma *consciência nacional*, ainda assim *numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de compreensão internacionais*⁷. Em consonância com este discurso, a *Orientação Metodológica* do programa de Geografia aponta para a formação do aluno como *cidadão da Europa e do Mundo*⁸.

³ JO n.º C 307 de 14.11.1983, p. 36.

⁴ FONTAINE, P. (1993), *A Europa dos Cidadãos*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

⁵ GRAVES, N. (1998), «Enseignement de la Géographie et Idéologie en Angleterre et au Pays de Galles», *Perspectives*, xxviii ("), Jun., pp. 289-297.

⁶ Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto.

⁷ Ministério da Educação, *Ensino Básico, 3.º Ciclo: Organização Curricular e Programas*, vol. 1

⁸ *Idem*, p. 22.

Do esquema programático do 7.º ano, em anexo, destacamos:

- a ausência de referências a Portugal;
- a identificação dos países e das cidades, com desvalorização das escalas regionais e locais, ainda assim susceptíveis de serem consideradas na abordagem das áreas rurais e urbano-rurais;
- a omissão das dimensões política e cultural da Europa;
- o reconhecimento das desigualdades de qualidade de vida, da diversidade das áreas rurais e urbano-industriais e da *Europa de Equilíbrio Ambiental Frágil*, mas a ausência de alusões explícitas à existência de problemas em qualquer um destes domínios ou noutros — a Europa é mais de harmonia do que de conflitos e problemas;
- por fim, a inexistência de referências a uma Europa como construção dos seus habitantes.

1.1. Um inquérito aplicado em 1990 e 1996

O inquérito foi elaborado na sequência de uma Universidade de Verão organizada pelo grupo Chamonix-Sérignan (CHAM´S), sobre *Ensinar a Geografia na Europa*, que decorreu em Setembro de 1989, em Chamonix-França. A diversidade das populações escolares a que se destinava ajudará a compreender a abertura das suas perguntas, que surgem por vezes quase como provocações dirigidas aos jovens estudantes.

Foi aplicado, entre Fevereiro e Março de 1990, por alunos de Didáctica da Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a uma turma do 12.º ano de sete escolas de localidades diferentes, maioritariamente localizadas na área de Lisboa, reflectindo a própria área de contactos dos alunos da Faculdade. Os estudantes inquiridos debruçaram-se sobre a Europa apenas no 9.º ano de escolaridade. Os resultados deste inquérito foram divulgados no I Congresso da Geografia Portuguesa (Lisboa, Maio de 1990).

Em Abril e Maio de 1996 repetimos o inquérito em escolas das mesmas sete localidades, agora a alunos do 10.º ano, que não frequentavam a disciplina de Geografia em 1995/96, por forma a que os resultados reflectam apenas as aprendizagens decorrentes da frequência da escolaridade básica de Geografia.

Introduzimos no inquérito de 1996 as seguintes alterações em relação ao de 1990:

- Solicitámos a informação sobre o sexo;
- Pedimos a identificação da escola e, não, a da localidade de residência — foi a primeira informação que, de resto, considerámos nos inquiridos de 1990;
- Alterámos o mapa sobre que o aluno tinha de delimitar a Europa: a divisão política mudara e o mapa primitivo levantava-nos ainda várias outras reservas;
- No final do inquérito, pedimos ao aluno para avaliar em que medida: *i)* o ensino de Geografia o ajudara a conhecer a realidade portuguesa e a realidade europeia e; *ii)* se se sentia cidadão português e europeu.

2. 1990-1996 — O empobrecimento da ideia de uma Europa encarada com mais pessimismo

O inquérito foi respondido por 169 alunos em 1990 e 160 em 1996, distribuídos por sete escolas (gráfico 1). Valorizamos apenas os resultados mais significativos, dando particular relevo à evolução dos resultados entre 1990 e 1996.

Ao serem solicitados a delimitar num mapa a Europa, muitos alunos de 1990 excluem os países de Leste e de Norte, numa progressão por anéis relativamente regular a partir dos países da Europa Ocidental e Itália (mapa 1). Também os territórios insulares mediterrâneos são por vezes marginalizados, a sugerir que a insularidade constitui um importante obstáculo à ideia de unidade territorial.

As posições relativas da Suíça e da Dinamarca decorrerão, em ambos os casos, da sua situação relativamente à Europa Comunitária: o primeiro país não estaria no grupo integrado pela França e Itália caso estivesse integrado na Comunidade Europeia e o segundo surgiria isolado e claramente diferenciado dos países escandinavos se não pertencesse à mesma Comunidade? Por fim, poder-se-ia esperar que a Alemanha integrasse o *núcleo duro* europeu. Recordemos, a este propósito, que em 1990 se dá a integração da RDA e da RFA.

Ainda que sem ser possível uma comparação simples das respostas dos alunos, por a mesma ser feita em mapas diferentes, em 1996 há um claro alargamento dos limites do território europeu para Leste, alargando-se o respectivo «núcleo duro» (mapa 2). A Europa aproxima-se claramente da delimitada entre o Atlântico e os Urais, como é consagrada no 7.º ano — o que reflecte, sem dúvida, a nova formação geográfica dos alunos. De notar, entretanto, a ligeira marginalização das Ilhas Britânicas do *núcleo duro* europeu.

À pergunta *Quando se fala de Europa, em que pensas?...*, entre 1990 e 1996 aumenta ligeiramente a percentagem do grupo, já maioritário, que a define como Continente (gráfico 2) — o que vai ao encontro do novo programa do 7.º ano, mas ao arrepio das tentativas de construir uma *Europa das Regiões* e de desvalorizar os estados-nação...

A *Identidade cultural e histórica* e os *Aspectos económicos* constituem referências frequentes, mas em declínio. A desvalorização da citada identidade, dos *Aspectos políticos*, bem como das *Ideias e ideologias*, aponta para um empobrecimento da Europa como construção cultural e de ideais.

Ainda que diminuam igualmente as referências à *Europa Comunitária*, ganha força a ideia de *União e cooperação*. Sobressai, entretanto, o crescimento das opiniões mais cépticas: os *Problemas* e os *Aspectos negativos* são mais citados, enquanto aumenta a percentagem dos que não respondem e diminui o número de respostas válidas por aluno.

Apesar do ligeiro aumento dos que aludem a uma *Identificação territorial*, assiste-se a uma pequena diminuição das referências a *Aspectos geográficos*, bem como a *Diversidade* e *Aspectos estéticos* — ao contrário do que seria suposto esperar com a valorização da Geografia da Europa.

Solicitados a definirem o que têm em comum os europeus, os alunos dão um relevo decrescente aos *Aspectos culturais e históricos*, registando os *Aspectos Políticos*

e os *Valores positivos*, ambos com menor expressão, uma evolução semelhante (gráfico 3); de frisar, ainda, a grande diminuição de referências às *Características ráticas*. Apesar de não invocada na questão anterior, a *Identidade territorial* é, agora, o segundo aspecto mais valorizado — se bem que, uma vez mais, em declínio.

Ao contrário, os *Aspectos sociais* têm uma relevância tendencialmente crescente, o que também sucede com a *Europa Comunitária* e a *Cooperação/união*. Aumentam, igualmente, as opiniões menos favoráveis: os que consideram ser *Indiferente* e os que aludem a *Situações sociais negativas*. O crescimento das referências aos *Aspectos sexuais* e ao *Futebol* vai ao encontro de uma imagem global superficialização da ideia de Europa. De notar o aumento da percentagem de alunos sem resposta e a diminuição do número de respostas válidas por alunos.

A questão 3, *Ser jovem na Europa...* regista uma evolução aparentemente contraditória: diminuem as respostas, quer optimistas quer pessimistas, com o aumento dos que têm uma visão *Indiferente* (gráfico 4). Perdem igualmente relevo as alusões aos *Aspectos culturais*, à *Grande comunidade* e a *Ideais*, ao mesmo tempo que aumenta os que falam em *Mudar a Europa*, mas, sobretudo, os que pensam em *Viajar* e em *Liberdade*. A Europa surge, assim, de novo menos identificada com valores culturais e ideológicos positivos e, mais, como espaço de liberdade e de conquista.

Interrogados sobre *Para que serve a Europa?*, evidencia-se o reforço da ideia de *União/ajuda*, já antes constatada, enquanto diminuem as alusões dos alunos à *Identificação territorial*, aos *Aspectos económicos* e se assiste a um reforço claro das *Opiniões negativas* (gráfico 5).

Em *Quem decide na Europa?*, há um claro declínio da *Europa Comunitária*, quando considerada sob perspectivas diversas (instituições, países que a constituem ou esta em si mesma) e, também, das *Autoridades nacionais* (gráfico 6). Cresce a referência à *População*, bem como aos *Políticos* (e, de entre estes, dos *Chefes de Estado*), aos *Ricos e poderosos* e, ainda, a dos *Países mais ricos*. Predomina, assim, uma visão menos institucional e ligada à Europa Comunitária, para se centrar, principalmente, em actores sociais e políticos. Esta visão negativa é acompanhada, ao contrário da tendência habitual, pelo reforço da percentagem de respostas e do número de respostas válidas por aluno.

Questionados sobre *Quais os principais centros económicos?*, os alunos referem os países e, em percentagem muito menor, as cidades (gráfico 7). Observa-se o declínio dos dois países mais votados, França e Reino Unido, em favor, talvez realisticamente, da Alemanha e da Itália. Quer a Suíça quer a Bélgica, Holanda e outros países da Comunidade diminuem fortemente a sua representatividade. Ao contrário, afirmam-se Londres e, particularmente, Paris e Bruxelas, assistindo-se ainda ao crescimento de Roma. A *Europa dos países* dá tendencialmente lugar a uma *Europa das cidades?*

Para além da diminuição drástica da percentagem de alunos sem resposta, a valorização do Reino Unido contradiz a sua ligeira marginalização no mapa de 1996. Estaremos, na realidade, perante uma secundarização devida à insularidade. Uma vez mais, diminui a percentagem de alunos sem responderem, decrescendo também o número de respostas válidas por aluno.

Na resposta a *Quais são as regiões mais pobres?* (questão 8), evidencia-se a quase ausência de uma delimitação regional na Europa, com excepção à referência a *Regiões portuguesas* — gráfico 8. Como estamos longe da *Europa das Regiões...* Note-se,

entretanto, a influência marcante da informação dos *media*: em 1990, quando se falava muito da guerra do Golfo, a Turquia tinha um grande destaque, suplantado em 1996, por motivos conhecidos, pela ex-Jugoslávia.

Contrariamente ao que sucedeu na questão anterior, torna a aumentar a percentagem dos alunos sem resposta e continua a diminuir o número de respostas válidas por cada um — o programa do 7.º ano não valoriza, de facto, as áreas mais pobres...

Interrogados sobre se *Há problemas na Europa?*, dominam em 1990 os *Económicos* e os *Sociais*, diminuindo, no entanto, as suas alusões entre 1990 e 1996 (gráfico 9). Aumentam as referências à *Guerra* (provavelmente, da ex-Jugoslávia), ao *Desemprego*, e aspectos *Étnicos* e surge, em 1996, a alusão às *vacas loucas*... De notar, como particularmente significativa, a diminuição das referências aos problemas ambientais, quando o novo programa do 7.º ano tem precisamente um capítulo sobre uma *Europa de Equilíbrio Ambiental Frágil*.

Em qualquer caso, o que parece sobressair do conjunto das respostas, e em particular da sua evolução, é que elas revelam mais a apreensão de uma informação banal, designadamente através dos *media*, do que o estudo e a reflexão escolar sobre os problemas europeus. A diminuição do peso dos alunos sem resposta parece indiciar um reforço das opiniões negativas.

Questionados os alunos de 1996 sobre se o ensino de Geografia ajudou a conhecer a realidade portuguesa, os resultados são surpreendentes: apesar de a disciplina com este nome não se debruçar sobre Portugal, as respostas são maioritariamente positivas (gráfico 10). Estamos perante respostas objectivas, ou mais perante demonstrações de identificação com Portugal? Não se alteram significativamente as apreciações quando a mesma questão é colocada sobre uma Europa, esta estudada efectivamente no 7.º ano...

A afirmação de identidade portuguesa suplanta, entretanto, e como se esperaria, a da identidade europeia, ainda assim registando um valor médio positivo (gráfico 11). Calculado o coeficiente de correlação de Pearson das classificações atribuídas pelos alunos nesta questão, verificamos a inexistência de relações significativas entre as mesmas, sendo ainda assim a mais significativa a identificada entre o sentimento de cidadania portuguesa e o contributo da Geografia para o conhecimento da realidade portuguesa (quadro 3). Uma ausência de relações significativas a confirmar uma suspeitada avaliação menos criteriosa...

Quadro 3. Coeficiente de Correlação de Pearson

Geografia e conhecimento da Europa	0,44		
Cidadania portuguesa	0,53	0,32	
Cidadania europeia	0,31	0,41	0,37
	Geografia e conhecimento de Portugal	Geografia e conhecimento da Europa	Cidadania portuguesa

Assim, de 1990 para 1996 os alunos portugueses inquiridos melhoram o seu conhecimento do território europeu, ainda que continuem a discriminar os países do Leste e Norte europeu e, ainda, as ilhas ligadas a este continente.

Pensar na Europa é, em primeiro lugar, pensar nos seus países, sendo claramente desvalorizadas as escalas regionais e locais — observa-se, no entanto, um crescimento das referências às cidades, correspondente, de resto, à sua crescente importância. Também o poder não está tanto nas mãos da sua população como das instituições políticas dos principais agentes políticos e económicos, o que sugere de novo uma Europa que não está à escala do cidadão.

Entre 1990 e 1996 desvaloriza-se a Europa como construção cultural, histórica e ideológica, registando-se uma evolução semelhante na identidade territorial; afirma-se, no entanto, a ideia de cooperação e união e de luta por este continente. Os aspectos geográficos e ambientais não só têm uma reduzida expressão como tendem a ser desvalorizados. As referências a viajar, ao futebol ou a aspectos sexuais sugerem uma superficialização do projecto europeu.

Há uma aparente dificuldade em identificar as áreas mais pobres, o que varia visivelmente com a conjuntura política e económica do momento em que o inquérito é respondido. Também a identificação dos problemas da Europa parece mais influenciada pelas informações dos *media* e de outras proveniências do que pelos programas escolares — como é particularmente evidente em relação aos aspectos ambientais, valorizados nos programas e secundarizados nas respostas. Crescem, ainda, de forma clara, as opiniões negativas.

Este último aumento não pode deixar de ser associado à evolução da conjuntura económica e, em particular, ao mercado de emprego. Assim, e segundo o INE, mais do que aumento da taxa de desemprego do 1.º trimestre de 1990 para o mesmo período de 1996, de 6,2 para 7,1%, observa-se que à *continuação de uma situação favorável que tem vindo a registar-se no Mercado de Trabalho*⁹ no primeiro período, se contrapõe o aumento do desemprego nos primeiros meses de 1996, atingindo este 16,2% no grupo etário dos 14 aos 24 anos¹⁰.

Por fim, os alunos fazem uma avaliação positiva do contributo da Geografia para o conhecimento da realidade portuguesa, o que, em última análise, reflecte uma opinião baseada mais em opiniões exteriores às aprendizagens escolares do que decorrentes das mesmas.

2.2. A Europa continental como construção cultural, histórica e territorial

Discriminemos, agora, alguns dos resultados por dois grupos de alunos: os que identificaram a Europa como Continente (76) ou como Europa Comunitária (181). A resposta de vários alunos à primeira questão nem sempre permitiu definir a perspectiva dos inquiridos.

⁹ Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito ao Emprego*. 1.º Trimestre de 1990, p. 1.

¹⁰ Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito ao Emprego*. 1.º Trimestre de 1996.

Na primeira questão, os alunos que optam pela definição de Continente, desvalorizam a *Europa dos países* e, sobretudo, os *Aspectos económicos*, bem como os políticos e sociais e, ainda, a *Paz e segurança* e a *Ausência de fronteiras* (gráfico 12). Ao contrário, dão maior ênfase à *Identidade cultural e história*, aos *Aspectos geográficos* e à *Identidade territorial*.

Interrogados sobre o que os europeus têm em comum, os que se identificam com a Europa Comunitária são agora os que mais invocam os *Aspectos Culturais*, como se esperaria a *Europa Comunitária* e, ainda, os *Aspectos Negativos* e o *Futebol* (gráfico 13). A definição dos europeus pela *História* e pelas *Regras e princípios* é mais escolhida pelos defensores de uma identificação continental.

Este último grupo é mais céptico quanto a quem decide na Europa (gráfico 14): desvaloriza o papel da *População*, acentua a importância dos *Ricos e poderosos* e é ainda quem mais refere os *Países Comunitários* e os países que a integram, os *Chefes de Estado...* é para ele que o poder está, afinal, mais distante dos cidadãos. Note-se, no entanto, que os alunos que não respondem a esta questão se situam sobretudo entre aqueles que reconhecem a Europa como a Comunidade, sendo também estes os que em maior percentagem recorrem a respostas depreciativas.

Questionados sobre os problemas na Europa (gráfico 15), os que optam pela identificação continental são os que mais referem a *Guerra* (a ex-Jugoslávia está fora das fronteiras comunitárias) e, ainda, os *Aspectos sociais*. Ao contrário, são os jovens que identificaram a Europa Comunitária os que mais valorizam os *Aspectos políticos*, os *Aspectos económicos* e o *Desemprego*.

Os jovens que fazem a leitura da Europa como todo o continente distinguem-se, assim, dos seus colegas pela valorização da cultura, da História e dos princípios, revelando-se mais críticos em relação ao exercício do poder na Europa, enquanto os seus colegas enfatizam as dimensões política e económica e, simultaneamente, têm uma visão mais negativa do Velho Continente.

2.3. Castelo Branco e Funchal: uma Europa de índole mais social e espaço de liberdade

Individualizámos, de seguida, os resultados dos alunos das escolas de duas cidades das mais *distantes* das áreas urbanas litorais e com maior inserção em regiões predominantemente rurais: Funchal e Castelo Branco.

Os jovens das duas cidades (76) valorizam mais a Europa enquanto continente do que os das restantes escolas (253) — gráfico 16. Interrogados sobre o que pensam, desvalorizam os *países* comparativamente aos seus colegas, dando ainda menos importância do que estes à identidade cultural e histórica e aos aspectos económicos (gráfico 17). Ao contrário, são eles quem mais valoriza a identidade territorial e os aspectos geográficos. Serão eles os mais atentos ao ensino de Geografia? São também os alunos daquelas duas cidades quem mais alude à *Diversidade* e, ainda, à *Europa Comunitária*, ao *Progresso* e ao *Futebol*. Uma visão ligeiramente mais positiva da Europa, de que a componente cultural e ideológica está mais marginalizada... Refira-se, contudo, que a percentagem de alunos sem resposta é claramente superior à observada em *Outras escolas*.

Interrogados agora sobre o que os europeus têm em comum, os alunos das *Outras Escolas* distinguem-se por valorizarem mais a *Identidade territorial* e, sobretudo, os *Aspectos Culturais* e, ainda, os *Valores positivos* (gráfico 18). A *Comunidade*, os *Aspectos Sexuais*, o *Futebol* e as *Situações sociais positivas* são, ao contrário, mais valorizados pelos jovens de Castelo Branco e Funchal. São também estes quem mais se referem a *Aspectos negativos*.

Ao referirem-se a *Ser jovem na Europa* (gráfico 19), os jovens das duas cidades são mais otimistas quanto ao futuro e falam mais em *Liberdade*.

Questionados sobre os *Principais Centros Económicos* (gráfico 20), este grupo distingue-se por diversificar mais as suas respostas, a denunciar talvez um conhecimento geográfico talvez mais aprofundado, o que vai ao encontro de informações anteriores. A percentagem de alunos sem resposta é, de resto, inferior à dos alunos das *Outras escolas*.

Interrogados, agora, sobre os problemas da Europa, os jovens de Castelo Branco e do Funchal valorizam mais do que os seus colegas os problemas de índole social e dão muito menor atenção aos problemas económicos e políticos (gráfico 21); são eles, ainda, quem mais responde a esta questão.

Assim, os jovens de Castelo Branco e Funchal têm uma visão mais positiva da Europa, de que terão um melhor conhecimento geográfico; para os jovens das restantes escolas este continente é mais associado a aspectos culturais e históricos, bem como a económicos. Para os alunos das duas cidades, a Europa parece mais associada a uma libertação presente nas referências ao *Futebol*, aos *Aspectos Sexuais* e à própria *Liberdade*. Não deixam, no entanto, de aludir a aspectos negativos.

2.4. Mulheres: maior identificação com a Europa, maior receio pelo futuro

Procedemos, por fim, a uma discriminação por sexos das respostas dos inquiridos em 1996. As mulheres (num total de 87) manifestam uma opinião mais favorável do que os homens (70), quando interrogadas sobre o que têm os europeus em comum (gráfico 22): desvalorizam os *Aspectos Negativos*, referem-se mais a *Aspectos Sociais*, à *Europa Comunitária* e à *Livre circulação*. São ainda quem mais alude a *Aspectos Sexuais*.

Ser Jovem na Europa é encarado com mais apreensão pelas mulheres, ao mesmo tempo que se referem mais a *Viajar* e *Ser europeu* (gráfico 23). Mas são os rapazes os mais combativos: são quem mais se refere a *Mudar a Europa* e, ainda, a *Liberdade*.

As mulheres distinguem-se ainda dos homens quando valorizam os países mais mencionados como *centros económicos*, ao contrário das respectivas capitais, numa diferenciação curiosa (gráfico 24). São as mulheres quem mais diversifica as respostas, o que denunciará, uma vez mais, um melhor conhecimento do continente.

Ao definirem os problemas na Europa, confirmam-se algumas das diferenças já identificadas (gráfico 25): os homens dão maior relevo à *Guerra* e a aspectos étnicos, enquanto as mulheres se mostram mais preocupadas com os problemas económicos, com o desemprego e, ainda, com os problemas políticos.

As mulheres são mais pró-europeístas (embora menos combativas), mas mais receosas do futuro, designadamente quanto ao seu próprio. Afinal, são os jovens com

situações mais periféricas (cidades rurais, mulheres...) quem mais se identifica com a Europa, a encara como libertação, mas não deixam, por isso, de recear o futuro, particularmente as mulheres.

A Europa é para os jovens com maiores oportunidades de sucesso?

3. Por uma perspectiva construtivista da aprendizagem

Os jovens inquiridos em 1996 viveram a situação necessariamente experimental de aplicação de um programa pela primeira vez. Mesmo valorizando este aspecto, não deixa de ser evidente que as respostas recolhidas não só não vão ao encontro como contrariam os objectivos que presidiram à implementação dos novos programas de Geografia para o ensino básico.

Quais são os currículos mais importantes: os formais ou os informais?

Se a resposta parece apontar para a prevalência destes últimos, o resultado deste inquérito questiona profundamente a abordagem didáctica no estudo da Europa. Não basta mudar os conteúdos, é preciso que as aprendizagens se tornem significativas, em primeiro lugar para os alunos.

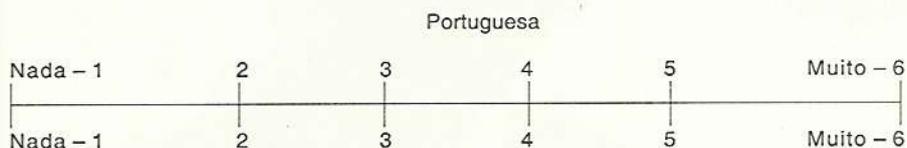
Numa perspectiva construtivista da aprendizagem.

**GEOGRUPO — PORTUGAL: 10 ANOS DE UNIÃO EUROPEIA
REPRESENTAÇÕES DA EUROPA**

As questões n.ºs 1, 2, 3, 4, 6, 8 e 14 são respondidas no inquérito. As restantes numa folha que anexarás.

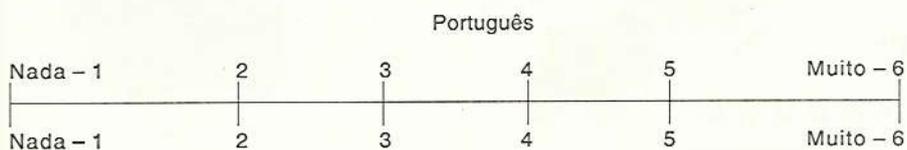
Idade: _____ Sexo: _____ Localidade: _____
Tens ascendentes de origem portuguesa, até à terceira geração (bisavós)? Sim _____ Não _____
Se sim, de que país? _____

1. Quando se fala de Europa, em que pensas? Redige um pequeno texto em menos de uma página.
2. O que têm os Europeus em comum?
 1. _____ 2. _____ 3. _____
 4. _____ 5. _____
3. Ser jovem na Europa, o que significa para ti?
4. Assinala, no mapa do verso desta página, o que são para ti os limites da Europa.
5. Para que serve a Europa?
6. Quem decide na Europa?
7. Quais são os principais centros económicos da Europa?
8. Quais são as regiões mais pobres?
9. Há problemas na Europa? Quais?
14. Avalia em que medida (envolve com círculos os números correspondentes):
 - a) O ensino de Geografia ajudou-te a conhecer a realidade:



Europeia

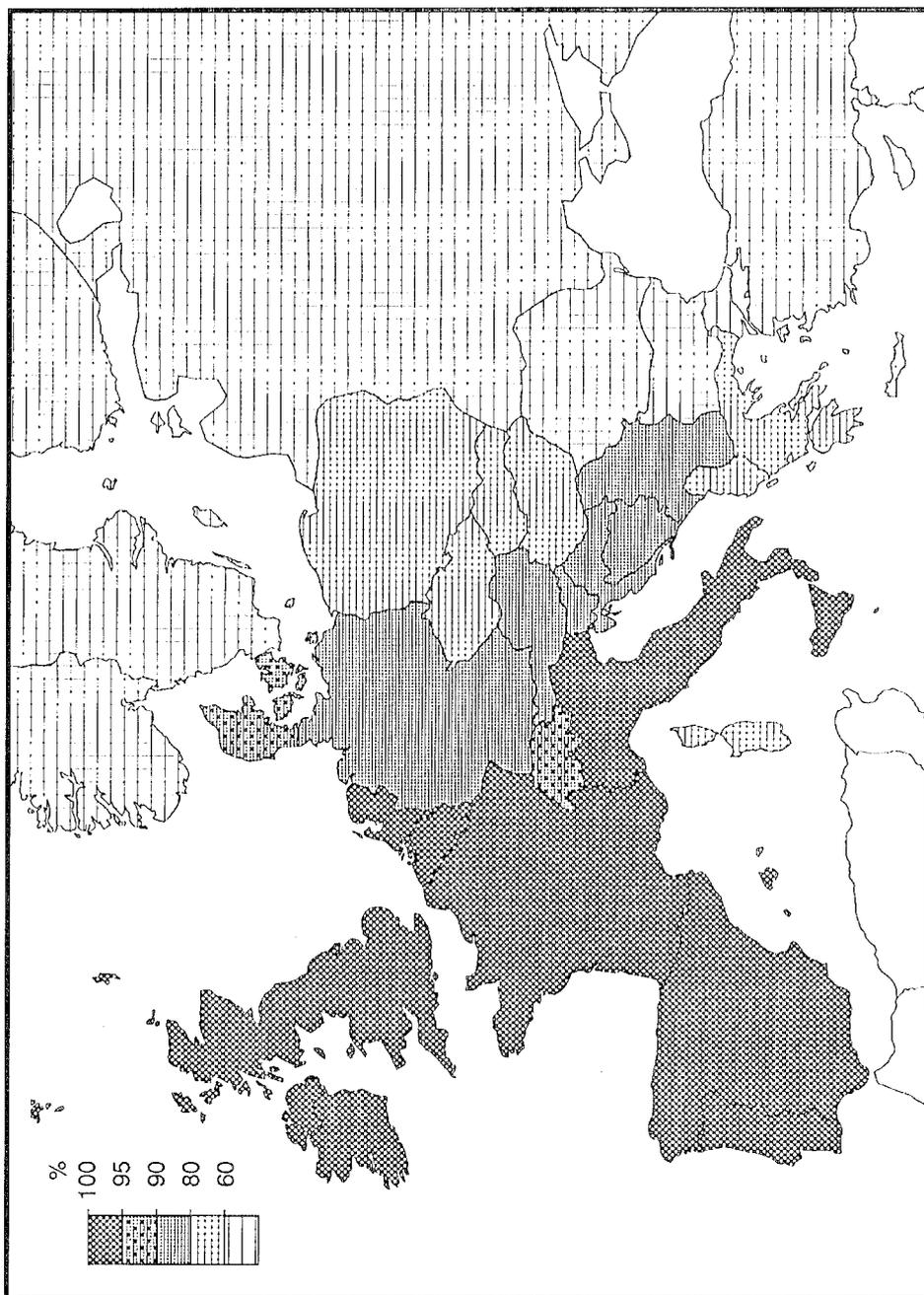
- b) Sentes-te um cidadão:



Europeu

Muito obrigado!

Mapa 1



Mapa 2

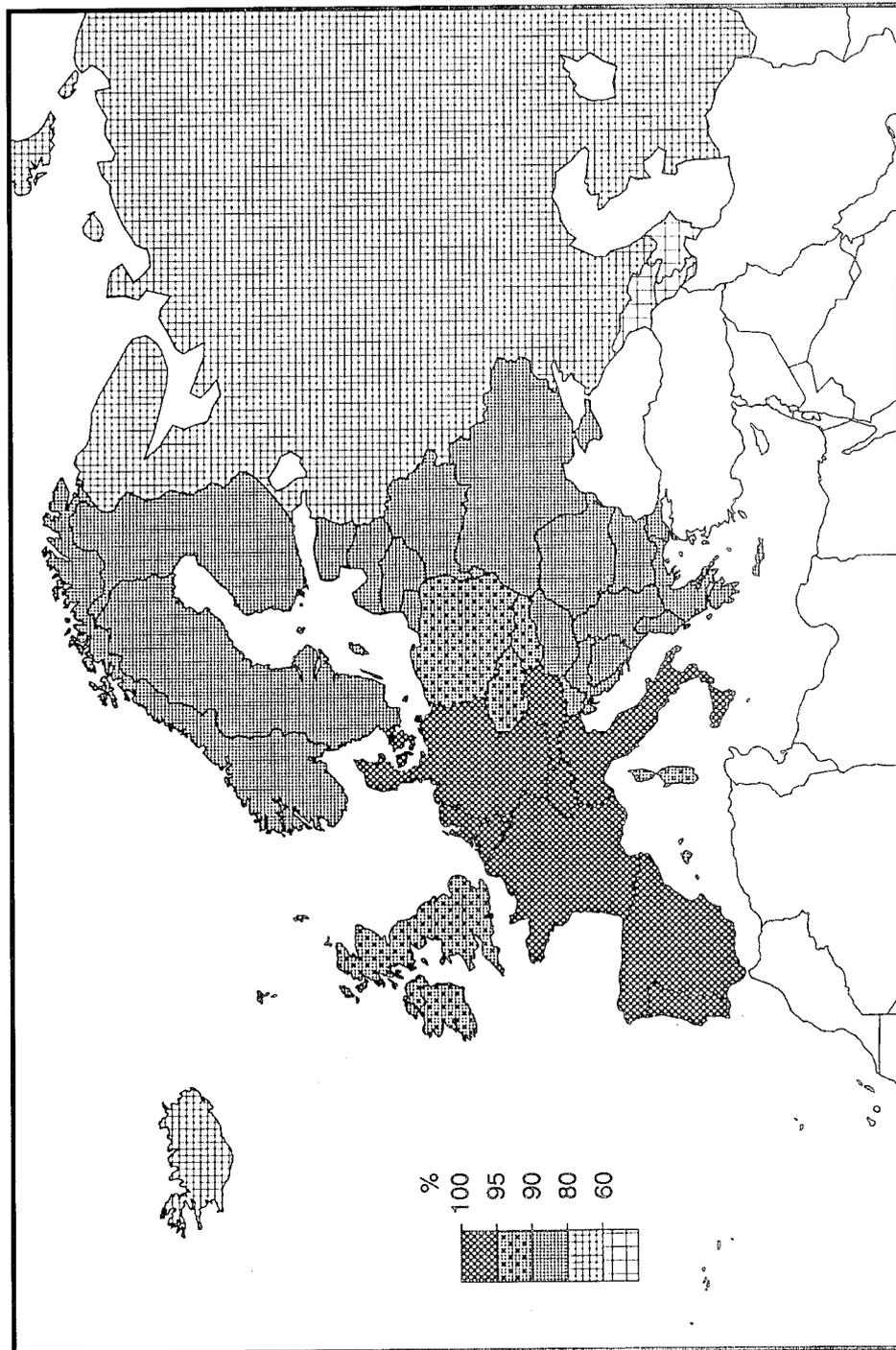
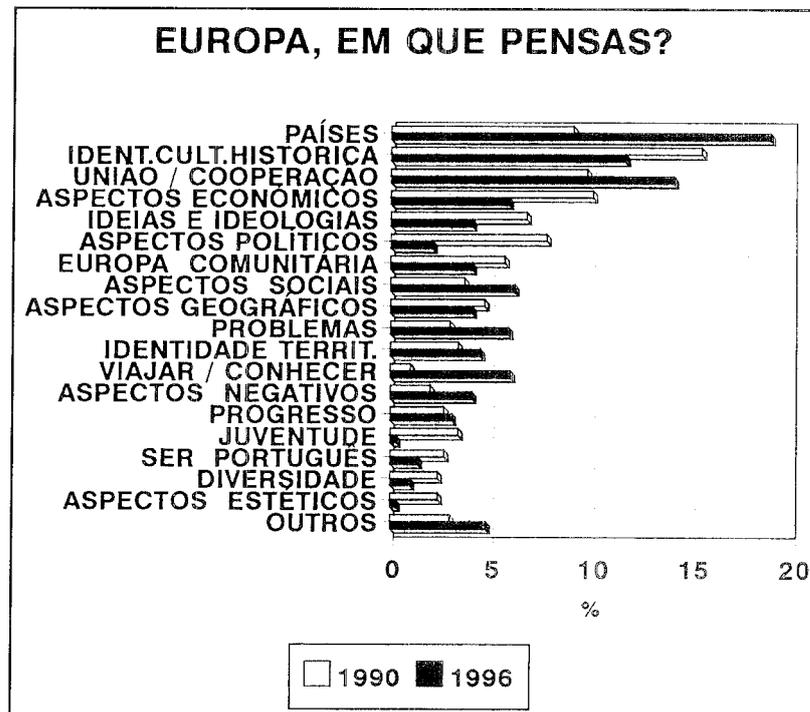
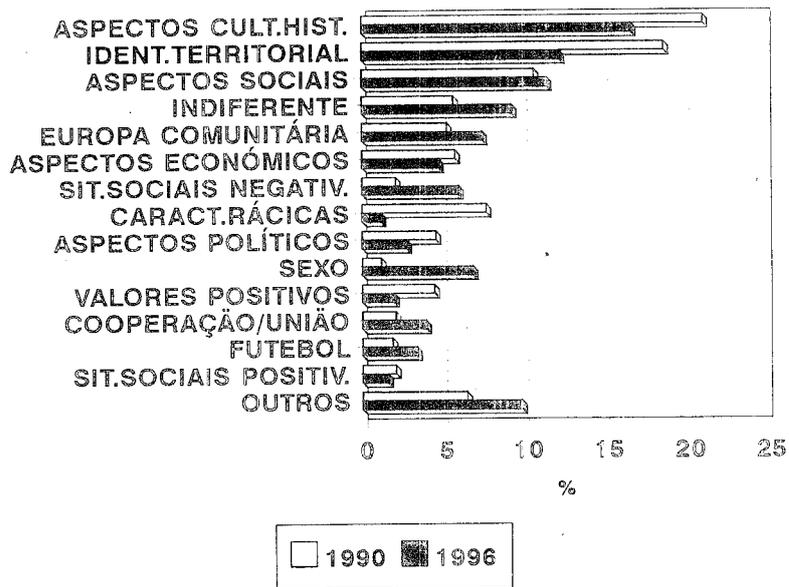


Gráfico 1

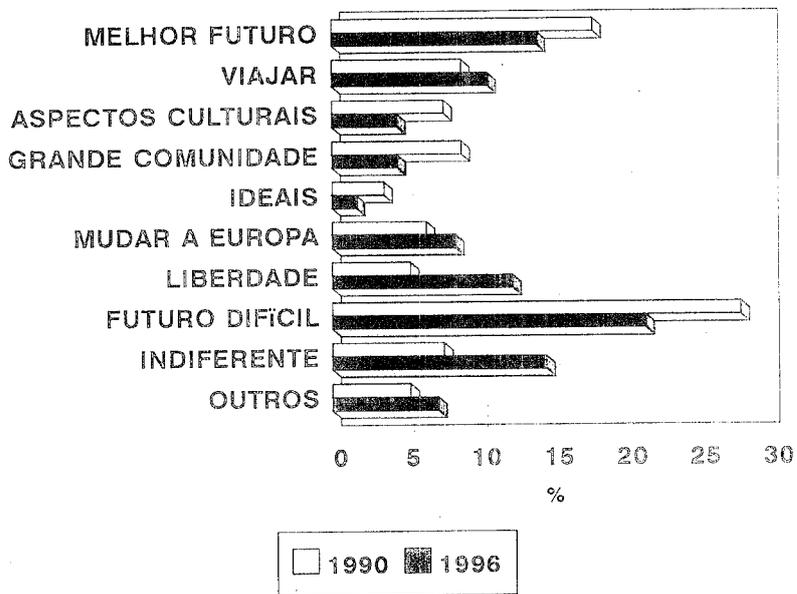
	1990	1996
Almada.....	13,7	12,5
Amadora.....	13,7	12,5
Castelo Branco.....	12,5	13,1
Funchal.....	10,6	11,3
Laranjeiro.....	17,6	16,9
Santo André.....	14,9	15,6
Setúbal.....	17	18,1



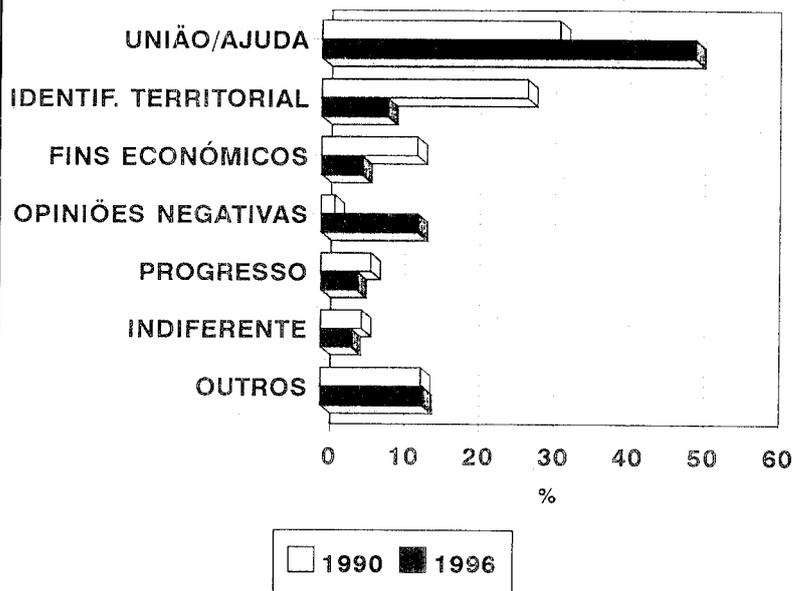
O QUE TÊM OS EUROPEUS EM COMUM?



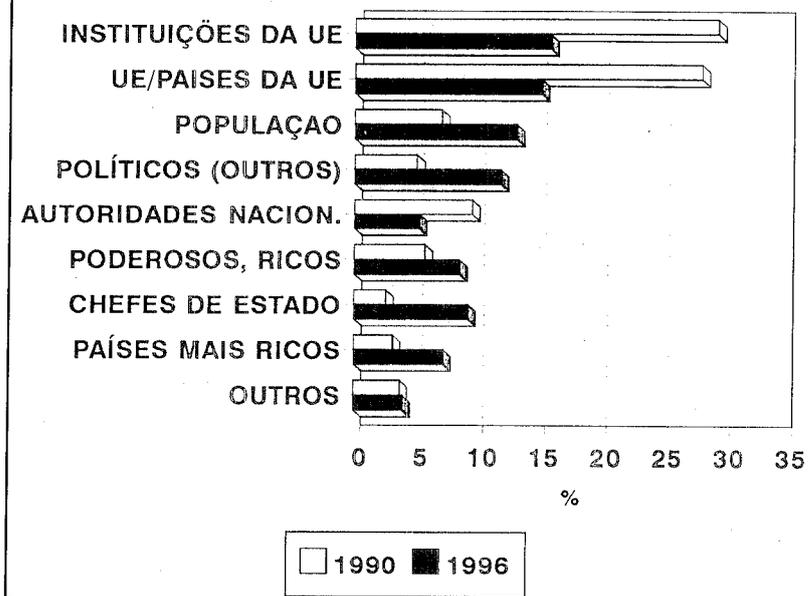
SER JOVEM NA EUROPA, SIGNIFICA...



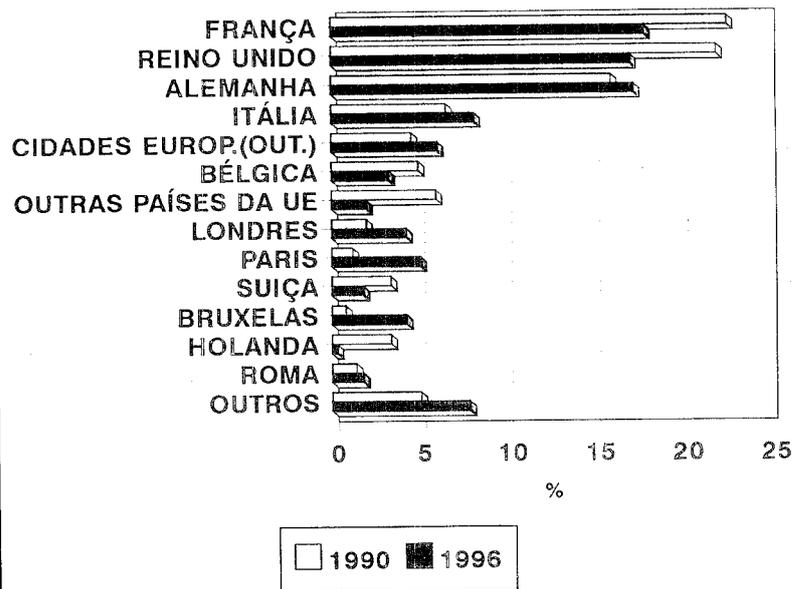
PARA QUE SERVE A EUROPA?



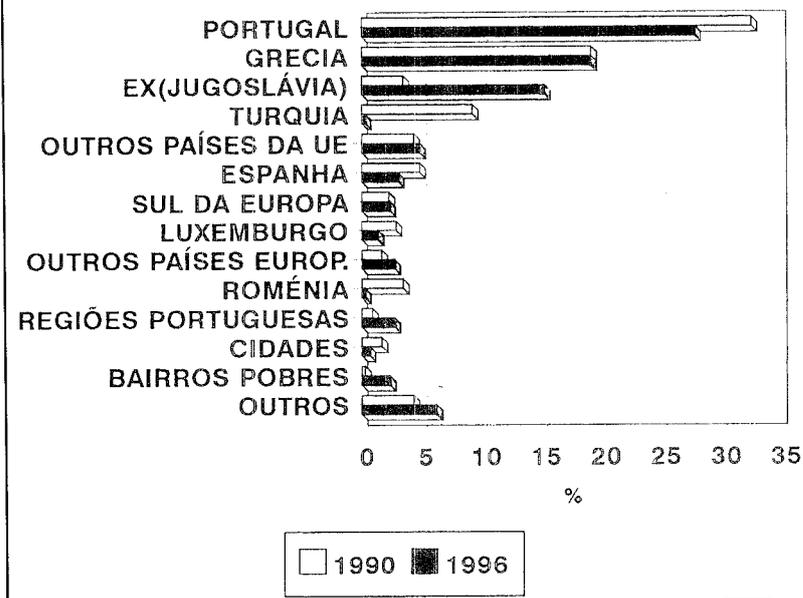
QUEM DECIDE NA EUROPA?



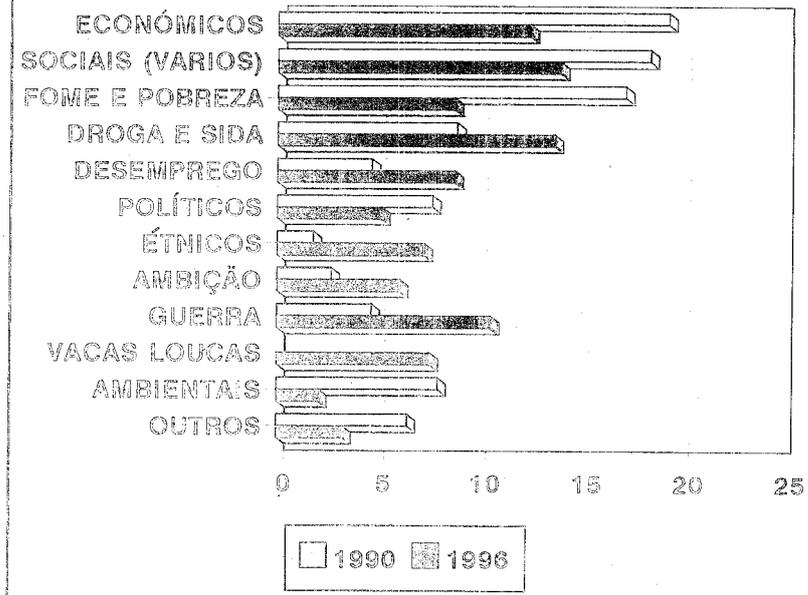
PRINCIPAIS CENTROS ECONÓMICOS?



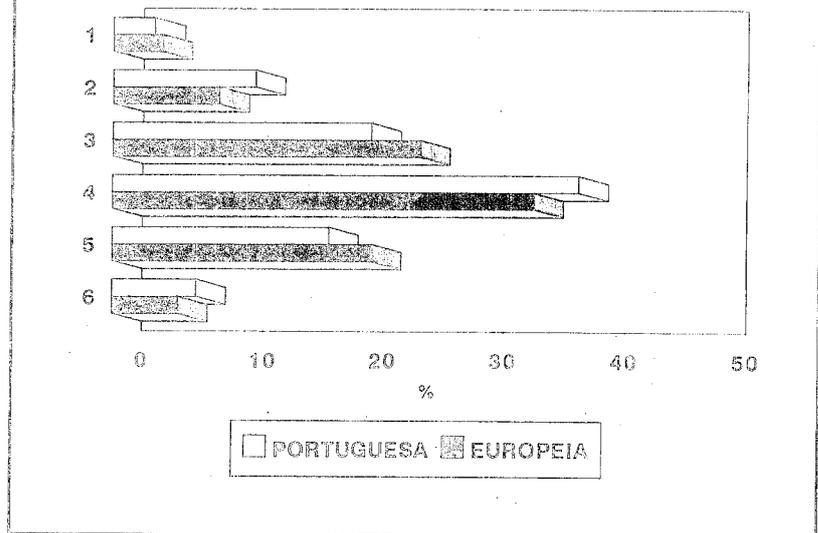
QUAIS AS REGIÕES MAIS POBRES?

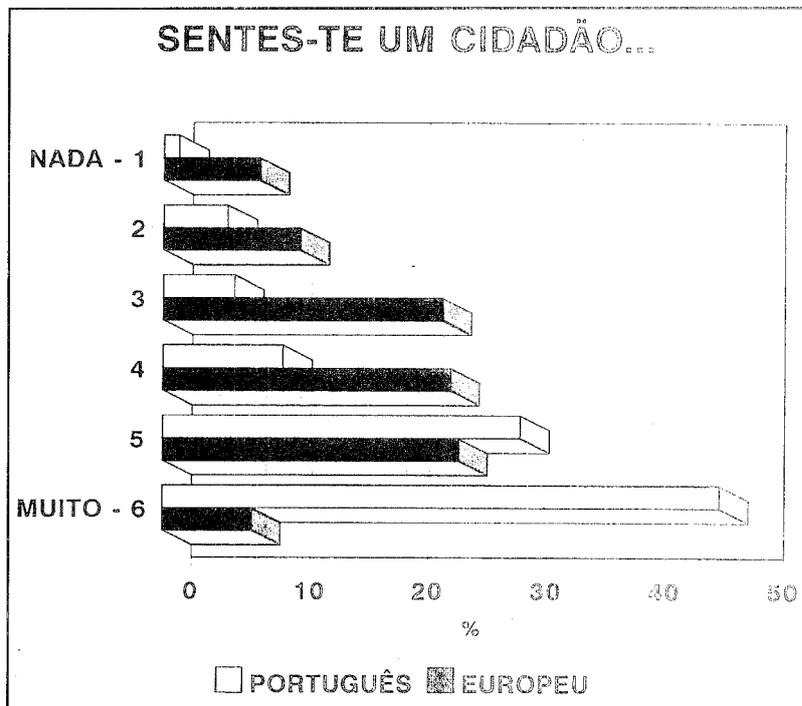


PROBLEMAS NA EUROPA

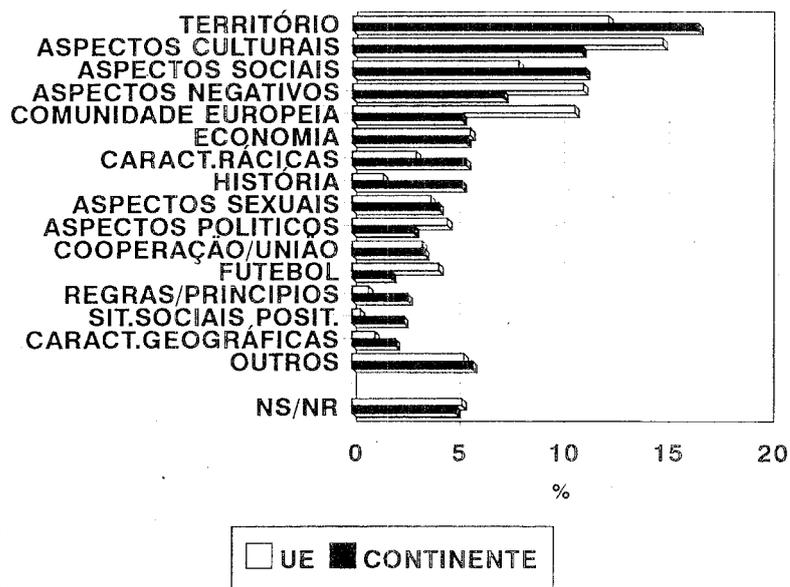


O ENSINO DE GEOGRAFIA AJUDOU-TE A CONHECER A REALIDADE... (RESPOSTAS DE 1996)

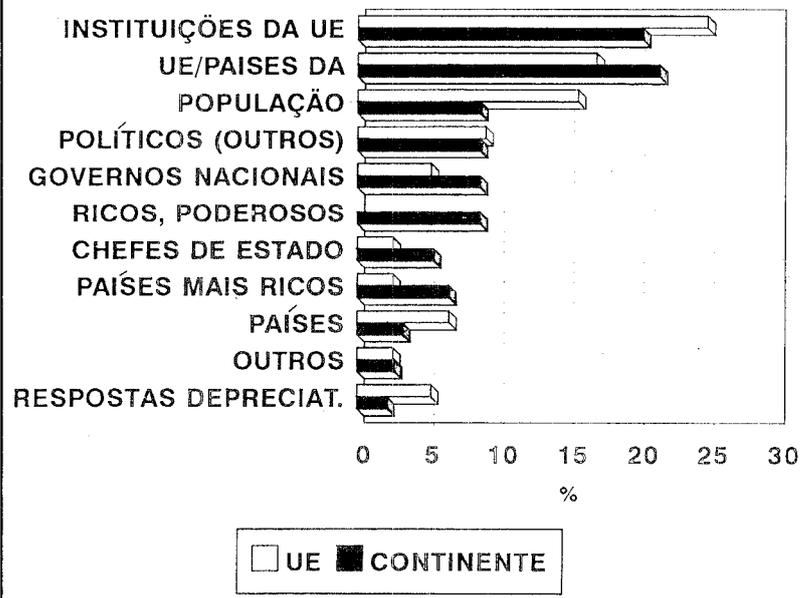




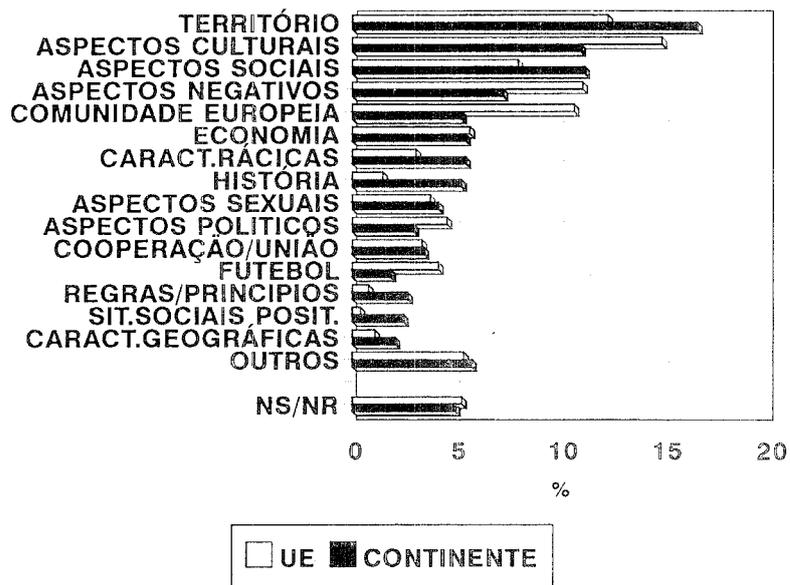
O QUE TÊM OS EUROPEUS EM COMUM?



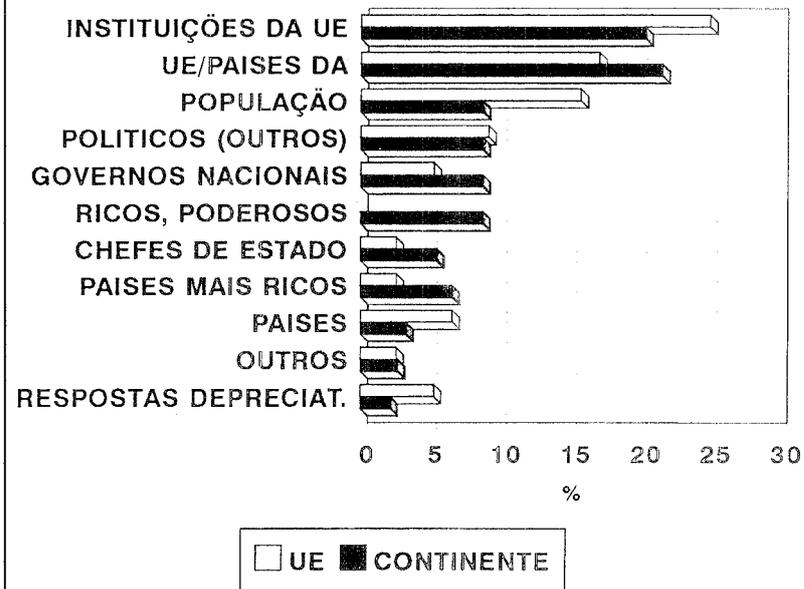
QUEM DECIDE NA EUROPA?



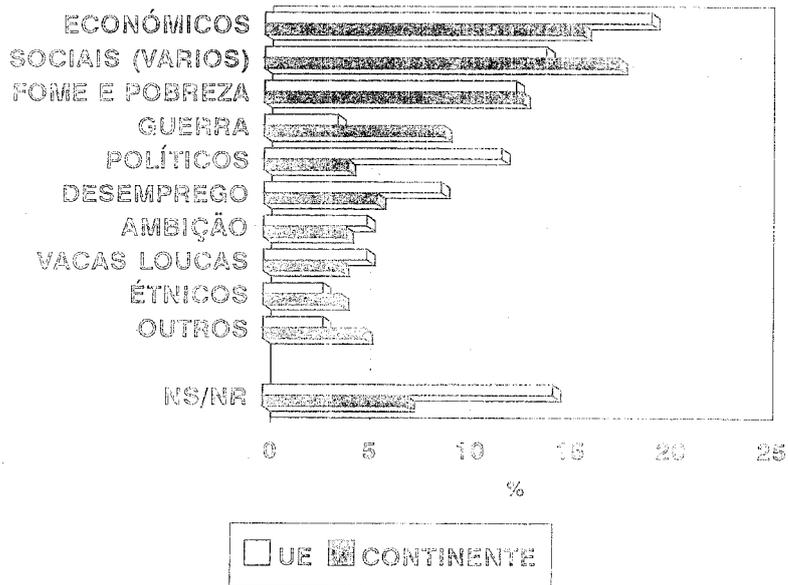
O QUE TÊM OS EUROPEUS EM COMUM?



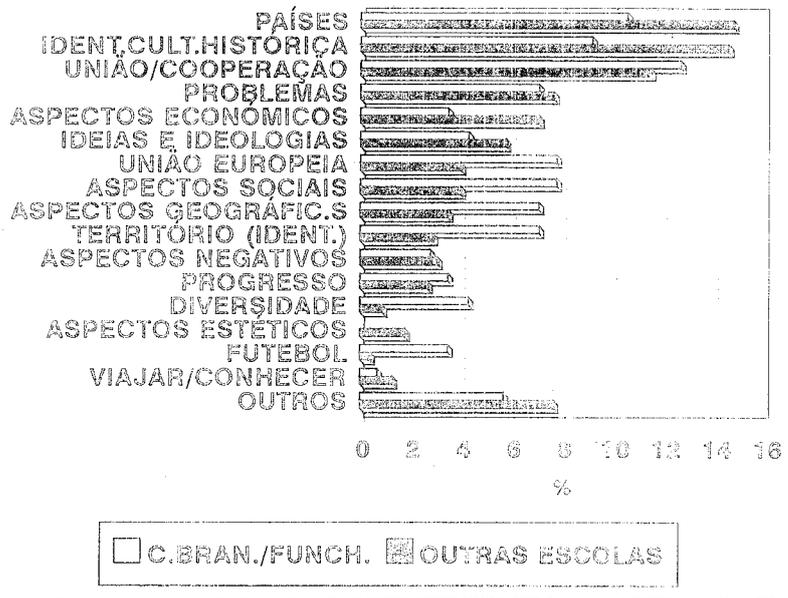
QUEM DECIDE NA EUROPA?



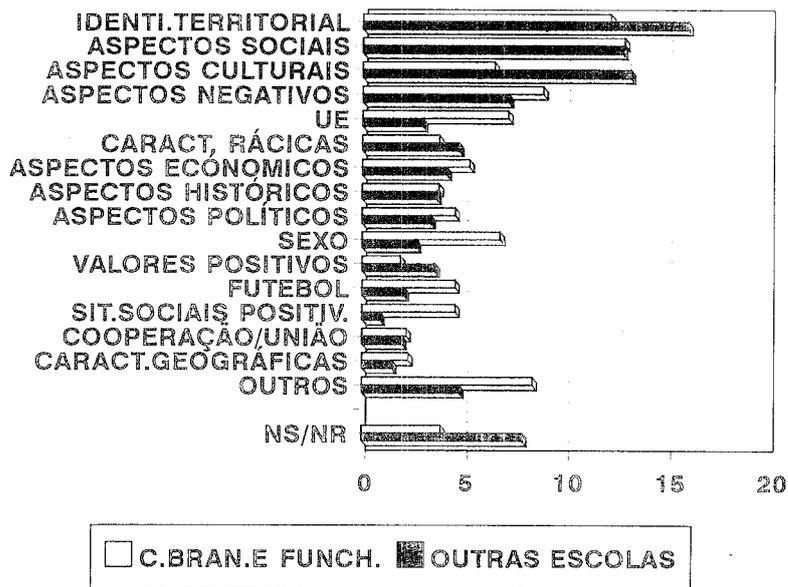
QUAIS OS PROBLEMAS NA EUROPA?



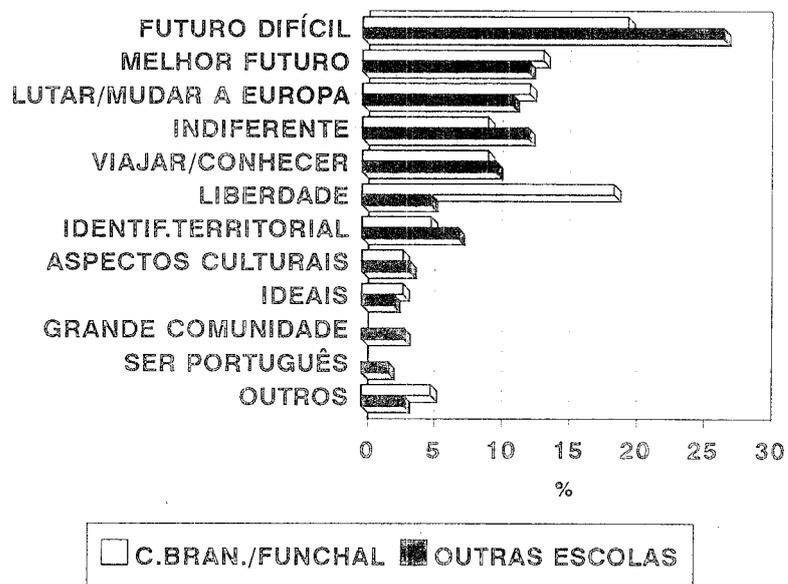
EUROPA, EM QUE PENSAS?



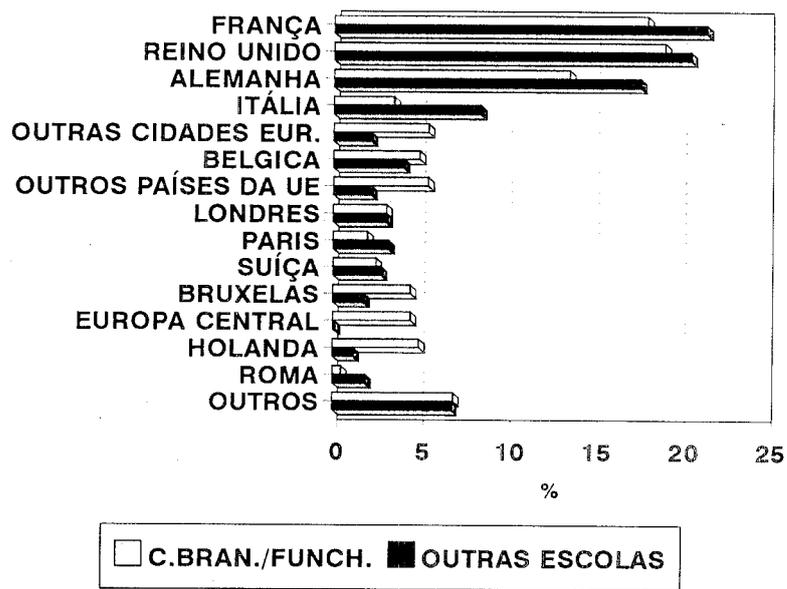
O QUE TÊM OS EUROPEUS EM COMUM?



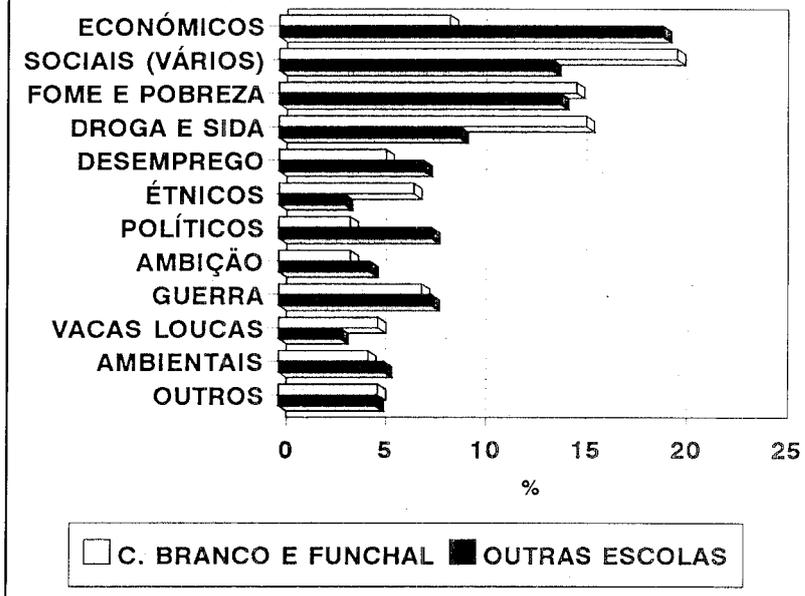
SER JOVEM NA EUROPA, SIGNIFICA...



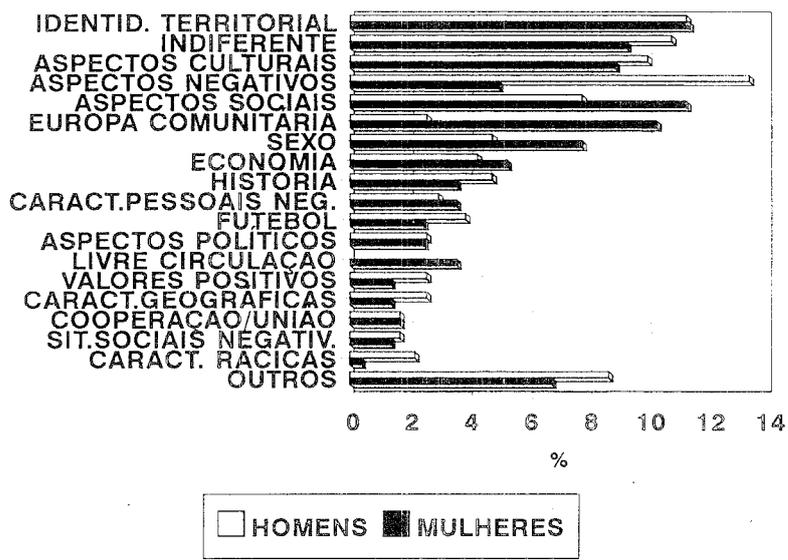
PRINCIPAIS CENTROS ECONÓMICOS



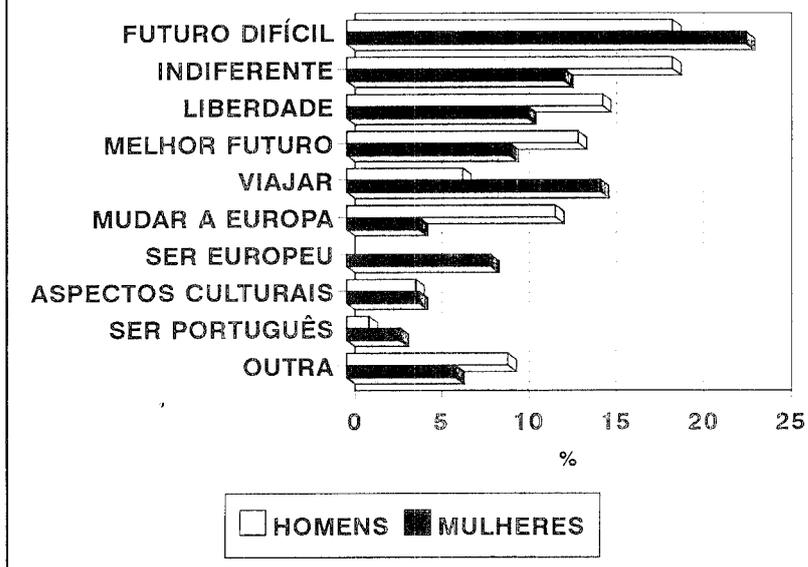
PROBLEMAS NA EUROPA



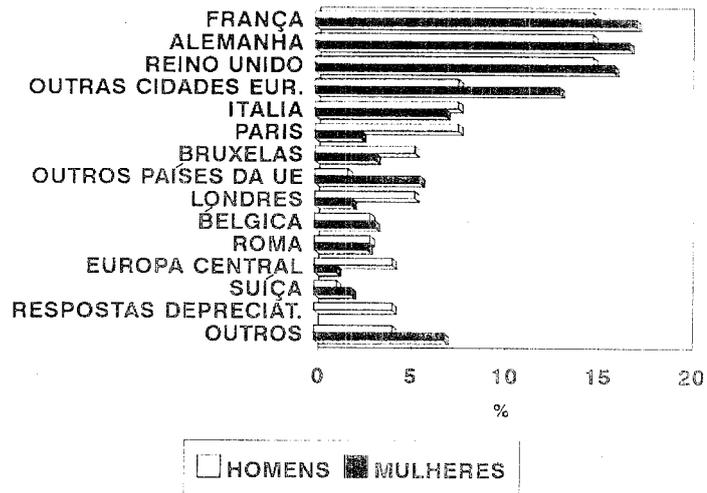
O QUE TÊM OS EUROPEUS EM COMUM? (RESPOSTAS DE 1996)



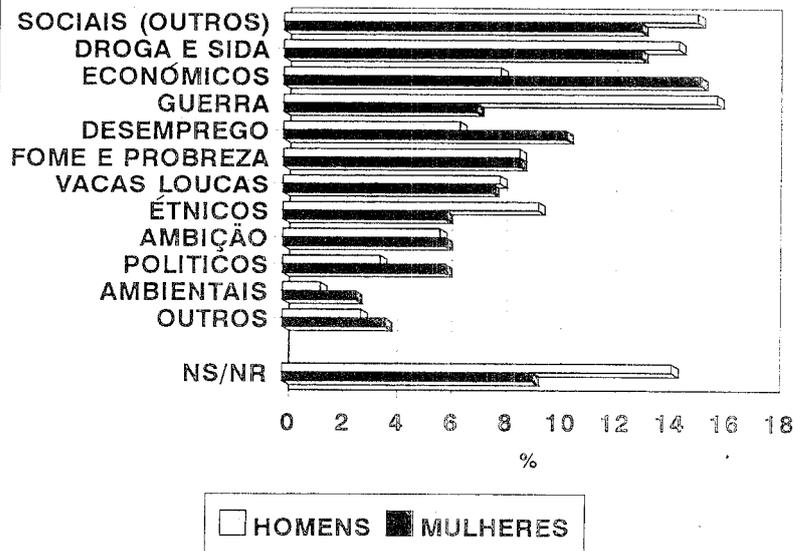
SER JOVEM A EUROPA, O QUE SIGNIFICA? (RESPOSTAS DE 1996, POR SEXO)



PRINCIPAIS CENTROS ECONOMICOS DA EUROPA?
(RESPOSTAS DE 1996, POR SEXO)



QUAIS OS PROBLEMAS DA EUROPA?
(RESPOSTAS DE 1996)



*Por uma Geografia em contra-corrente**

Sérgio Claudino

N OS anos 90, do pós-Guerra-Fria, têm emergido novas realidades políticas, económicas e sociais que questionam o sistema de ensino, no seu todo, e de uma forma muito particular a disciplina de Geografia. Propomo-nos, neste texto, identificar algumas das modificações observadas nos anos 90 para, em seguida, nos debruçarmos sobre alguns dos desafios que se colocam à educação geográfica.

1. O surgimento de uma cidadania regional num mundo mais desigual

A queda do Muro de Berlim simboliza, não só o desaparecimento de um mundo organizado em blocos ideologicamente antagónicos e hostis entre si como a crise dos estados-nação os sustentavam, na ausência, quer de inimigos externos quer de um projecto ideológico, capitalista ou socialista, que cimentem a consciência de comunidade.

Simultaneamente, num mundo aparentemente mais uniforme e de grandes espaços, assistimos à emergência dos regionalismos, em consequência, quer do esbatimento do quadro regulador do estado-nação, mas também da procura de novas identidades territoriais. No caso específico da União Europeia, a promoção de uma Europa das Regiões surge, ainda, como um instrumento de enfraquecimento dos estados-nação e de afirmação do poder das instituições comunitárias.

A crise do estado-nação resulta ainda, e talvez mais do que do esvaziamento ideológico, do seu desajustamento a uma economia crescentemente globalizada e

* Comunicação apresentada ao Simpósio de Educação Geográfica «Cultura, Geografia e Educação Geográfica», Porto, 23 a 30 de Agosto de 1998.

dominada por grupos económicos, para quem as fronteiras políticas constituem obstáculos, progressivamente mais caducos, aos fluxos financeiros e ao comércio internacional.

Vale a pena recordar, aqui, a imagem do mundo polarizado em torno de um centro de cidades-região, que se articulam com as vastas periferias através, igualmente, das respectivas metrópoles, como nos é prospectivado por Allen Scott¹. A lógica global, de fragmentação e de exclusão, articula-se, afinal, directamente com a da divisão regional.

Como nos lembra a Nova Geografia Regional, a região é definida, agora, não a partir de um quadro físico e humano estável mas, sim, como uma construção social dinâmica, em que as marcas culturais são as impressas pelos grupos dominantes.

A crise do Estado-Nação, questionado, quer pela globalização quer pela afirmação de identidades regionais, tende a facilitar o agravamento das disparidades territoriais.

Com efeito, a globalização da economia (bem como da ecologia) remete-nos para uma terra que é a nossa casa comum, mas é, igualmente, uma casa cada vez mais fragmentada: libertos dos constrangimentos dos Estados, os grupos económicos internacionais constroem um mundo à sua semelhança, desigual e em que a concentração territorial e social da riqueza se acelera.

O enfraquecimento do Estado-Nação, convém salientar, corresponde também ao desmantelamento de um espaço de regulação, de construção de equilíbrios regionais e de solidariedades sociais.

É neste quadro que se tem de perspectivar uma nova cidadania regional.

Com a diluição do quadro de referências ideológicas do estado-nação, que irmanam cidadãos divididos pela sua situação económica e social, é possível que nalgumas situações se acentuem as crispações sociais, da mesma forma que é admissível que noutras regiões se assista a uma intensificação da democracia local. Esta fragmentação regional poderá ser, igualmente, acompanhada por um incremento das tensões e disputas inter-regionais.

O sistema de ensino e a disciplina de Geografia, em particular, têm de estar preparados para estes novos desafios.

1.2. Individualismo e marginalização social

No pós-guerra, a vinculação de ideologias teve sempre subjacente projectos de integração social dos cidadãos, dos quais se pretende que partilhem, não só as mesmas ideias como da construção de um destino comum. Atenuada a necessidade de vincular os indivíduos a um destino único, atenuam-se igualmente as preocupações de socialização, mormente por parte do sistema de ensino.

Esta alteração decorre quando, paradoxalmente, se assiste a uma progressiva transferência do processo de socialização da instituição familiar, em crise, para a escola.

Aparentemente, o individualismo ganha terreno.

SCOTT, A J. (1998) – *Regions and the world economy*. Oxford University Press, Oxford

Este crescimento do individualismo surge quando os fenómenos de marginalização de indivíduos e minorias surgem com grande relevância nas sociedades urbanas.

Com efeito, com a substituição do modo de produção fordista pelo de produção flexível, precarizam-se os vínculos laborais e o desemprego ameaça grupos e indivíduos antes habituados à estabilidade económica, com o aparecimento dos «novos pobres».

Exige-se, agora, de todos os trabalhadores uma formação de amplo espectro, com o desenvolvimento de competências profissionais e relacionais que lhes permitam responder a diferentes exigências laborais ao longo da carreira — é a designada *educação total*, que vai enfatizar, antes de mais, a necessidade de um sistema de ensino/formação apostado no desenvolvimento de capacidades e atitudes (TEDESCO, J. C., 1997). O crescimento das necessidades de formação contínua leva mesmo a considerar-se que as carências educativas se estendem, não só aos países em desenvolvimento como aos países industrializados (HEYNEMAN, S. P., 1997).

Não restam, entretanto, quaisquer dúvidas de que o aumento das exigências de formação profissional marginalizará muitos indivíduos que antes se integravam facilmente no mercado de trabalho, onde ocupavam lugares de mais baixas qualificações.

Por último, de referir que a distensão ideológica dos anos 90 permitiu aos responsáveis educativos de todo o mundo um novo olhar sobre os problemas de pobreza e exclusão social. Este renovado olhar está, de resto, bem presente na Carta Internacional da Educação Geográfica, de 1992 (Comissão da Educação Geográfica/UGI, 1992), a qual traduz, de resto, não só a consciência destas alterações como uma tentativa de resposta e de reorientação da disciplina aos novos tempos. No entanto, a generalidade dos textos produzidos, designadamente pela UNESCO, desvaloriza o contributo da Geografia nesta construção.

2. Por uma nova educação geográfica em direcção à participação social

Na nossa perspectiva, ao sistema de ensino compete, em geral, a construção de equilíbrios, de «pontes», quer entre o indivíduo e a sociedade quer entre sociedades favorecidas e periféricas, que contrariem as lógicas, quer de desigualdade social e territorial quer de exclusão de minorias e indivíduos. Impõe-se, assim, ao sistema de ensino a construção de novas cidadanias, numa educação que é explicitamente uma educação de valores. Este sistema de ensino com fortes preocupações sociais tem de ser, necessariamente, tutelado pelas autoridades educativas, quaisquer que sejam as escalas das instituições consideradas.

Qual o papel do sistema de ensino e, em particular, do ensino de Geografia perante este desenho de um mundo cada vez mais aberto, mas, igualmente, mais fragmentado e desigual?

Em primeiro lugar, o ensino de Geografia tem de envolver-se decisivamente na educação de competências, intelectuais e motoras, e de atitudes, designadamente de comunicação e de vivência em grupo, que, não só respondam às exigências da educa-

ção geográfica como dêem um contributo efectivo às exigências de uma educação/formação multifacetada e polivalente. Estamos pessoalmente convencidos que o reconhecimento exterior da Geografia e a sua subsistência no sistema de ensino reside na capacidade de inovar e ultrapassar práticas escolares tradicionais. Para além de um valor em si mesmo, constitui uma questão de sobrevivência estratégica da disciplina.

Por outro lado, o ensino de Geografia tem de apostar numa educação para a integração social, em oposição a uma cultura do indivíduo. Isto significa que as perspectivas de inspiração pós-moderna que colocam o indivíduo, na especificidade das suas percepções e motivações, no centro das atenções, não se podem sobrepor a uma educação para a identificação social e uma participação esclarecida na comunidade.

Uma educação geográfica empenhada no desenvolvimento de competências e de atitudes de participação social democrática só é possível através de um ensino orientado em duas direcções:

- a promoção, no espaço da aula de Geografia, de práticas escolares que valorizem o trabalho de grupo e a construção de regras de funcionamento do grupo/turma, na perspectiva de que a aprendizagem da vivência em sociedade começa na sala de aula;
- um ensino de Geografia que se oriente metodologicamente para a resolução de problemas sociais locais, que se revelem motivadores para os alunos, como refere Souto Gonzalez (SOUTO GONZÁLEZ, X. M., 1998), mas que, igualmente, contribuam para o desenvolvimento de uma consciência social que contrarie as tendências de marginalização e de exclusão das sociedades urbanas.

Julgamos, a este propósito, que em muitos países, como em Portugal, há todo um trabalho de colaboração com as autarquias locais, que não tem sido devidamente explorado.

3. Por uma cidadania mundial, por uma Geografia de denúncia

Assumida a importância da cidadania local, coloca-se a questão sobre a relevância a conceder a outras escalas — assumindo, no entanto, que qualquer questão geográfica tem de ser perspectivada nos seus diferentes contextos territoriais.

Há uma escala intermédia, nacional em muitos casos, cuja relevância variará de acordo com os contextos específicos e que dificilmente se poderá generalizar. A relevância da escala nacional será completamente diferente em Angola ou na Suíça, por exemplo.

A escala mundial não constitui uma opção, em primeiro lugar, porque é obrigatória para a compreensão da realidade geográfica e, em segundo lugar, porque se impõe a construção de uma cidadania mundial.

Que educação geográfica, que cidadania?

Quando, como referimos antes, o mundo se diferencia cada vez mais em periferias e centros, a educação geográfica tem de constituir um espaço de denúncia dos processos

de concentração de riqueza e de desigualdade social. Estamos, uma vez mais, a pensar numa Geografia que parta para a abordagem de questões sociais relevantes.

É cada vez mais imperativo que o ensino de Geografia se assuma como espaço de construção do *mundo melhor*, de que nos fala a Carta Internacional da Educação Geográfica (Comissão da Educação Geográfica/UGI, 1992, p. 6). É uma Geografia socialmente empenhada, uma Geografia com a coragem de combater as desigualdades impostas pela economia, o grande desafio que se coloca às portas do novo milénio. Recordando o desafio que nos é recentemente proposto pelo BIE/UNESCO, de *Viver em Comum Graças ao Ensino da História e da Geografia*, a educação geográfica que, no passado, soube construir divisões entre os homens, tem, agora, de contribuir para um mundo mais fraterno.

Referências:

- Comissão da Educação Geográfica/UGI (1992), Carta Internacional da Educação Geográfica. Associação de Professores de Geografia, Lisboa.
- HEYNEMAN, S. P. (1997), Economic Growth and the International Trade in Educational Reform. *Prospects*, xxvii (4), Dez. 1997, pp. 501-530.
- SOUTO GONZÁLEZ, X. M. (1998), *Didáctica de la Geografía: Problemas Sociales y Conocimiento del Medio*. Ediciones del Serbal, Barcelona.
- TEDESCO, J. C. (1997), The New Educational Pact: Education, competitiveness and citizenship in modern society. BIE/UNESCO, Paris. 1.ª Ed., 1995
- BIE/UNESCO; (1998), Apprendre à Vivre Ensemble Grâce à L'Enseignement de L'Histoire et de la Géographie. *Perspectives*, xxvii (2), Jun. 1998.

Página em Branco

LABORATÓRIO DIDÁCTICO

Oficina de aprendizagem

Grupo 11.º-A
Escola Secundária da Amadora

1. Introdução

O crescente acesso à educação de jovens oriundos de meios sociais, económicos e culturais diversos, bem como a difusão e mutabilidade dos meios de informação de que a sociedade actual dispõe tem como consequência o facto de a população escolar de hoje apresentar uma grande diversidade de conhecimentos, interesses e motivações.

Os progressos das ciências do comportamento humano e da educação têm introduzido novos conceitos de inteligência e posto em evidência a grande diversidade de modos de aprender.

A dificuldade em compatibilizar programas excessivamente extensos, que prevêm o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e atitudes, com a preparação para provas de exame à escala nacional que avaliam, sobretudo, conhecimentos e um leque muito restrito de capacidades, restringe drasticamente a possibilidade de praticar uma pedagogia diferenciada.

2. Problema

A identificação de áreas problemáticas, através da análise dos dados recolhidos nos inquéritos que serviram de base à elaboração do Projecto Educativo/Proposta de Trabalho (Maio 99), aponta, claramente, para «*a dificuldade de integração no 10.º ano de escolaridade e insucesso*».

3. Enquadramento

A Lei de Bases do Sistema Educativo aponta para a importância do PEE como modificador da *visão tradicional da aprendizagem e propiciador dos meios essenciais para que os alunos se tornem capazes de construir o seu futuro pessoal e social* o que, certamente, passará pelo desenvolvimento de actividades que permitam a aquisição de instrumentos e métodos/técnicas que fomentem o desenvolvimento da autonomia e da cooperação.

O Projecto Educativo/Proposta de Trabalho tem como princípios orientadores: «*a Escola deve caminhar para um processo de renovação constante dentro dos limites permitidos pela tutela e pelas regras de autonomia, de modo a tornar-se mais eficiente, criativa e enraizada na realidade social concreta, nas suas múltiplas manifestações*» e, segundo o mesmo documento «*a Escola privilegia a pedagogia activa, aberta à introdução dos modernos recursos e técnicas de interesse pedagógico e didáctico*».

As expectativas manifestadas pelos diversos grupos da comunidade escolar (alunos e pais incluídos) apontam também para a atribuição de grande importância ao «*sentido de autonomia*» e uma das razões apontadas pelos pais e E E para a escolha da escola é a «*qualidade do ensino*».

4. Proposta

Face a estes considerandos, parece, então, necessário introduzir mudanças organizacionais nas soluções utilizadas na promoção da integração dos alunos do 10.º ano e na superação do insucesso. Por estas razões, o 11.º grupo A propõe a criação de um espaço pedagógico, a utilizar livremente pelos alunos (continuada ou esporadicamente), um espaço aberto, a que o aluno será aconselhado a recorrer mas sem carácter obrigatório.

Poderá ser usado em coordenação ou como apoio às tutorias, aos directores de turma e aos professores em geral.

Tratar-se-á de um «núcleo de assistência/accompanhamento pedagógico» que deverá contar com o apoio de todos os grupos, tanto na indicação dos recursos necessários como na produção de instrumentos adequados ao trabalho a desenvolver e na avaliação e reformulação periódica da OA e com os seguintes **objectivos**:

- Criar medidas que possibilitem ultrapassar as dificuldades de integração dos alunos no 10.º ano e o insucesso escolar registado neste ano de escolaridade;
- Apoiar o acompanhamento personalizado do aluno;
- Contribuir para a descoberta, orientação e desenvolvimento das capacidades e aptidões dos alunos;
- Proporcionar o apoio necessário à aquisição de hábitos elementares de trabalho aos alunos que necessitarem;
- Proporcionar apoio pedagógico aos alunos que pretendam aprofundar as suas competências ou desenvolver os seus projectos, individualmente ou em grupo;
- Rendibilizar os recursos, nomeadamente os professores e os espaços necessários à redução do insucesso escolar e à promoção da qualificação dos alunos.

A escola dispõe dos **meios** necessários à execução do projecto, tanto no que se refere a meios humanos, visto que dispõe dum quadro de professores perfeitamente estabilizado, como a meios físicos, dado que, até agora, se têm desenvolvido actividades de complemento curricular e apoios; portanto, tratar-se-á de reequacionar a ocupação dos espaços.

A localização mais adequada seria num espaço anexo à biblioteca e à sala do Nónio, por razões óbvias, mas a questão da sala não é impeditiva de se iniciar o projecto, desde que as condições físicas sejam satisfatórias.

Para melhor clarificação da caracterização do projecto, junto apresentamos uma grelha-síntese.

GRELHA-SÍNTESE					
OBJECTIVOS	ACTIVIDADES	RECURSOS	INTERVENIENTES	CALENDARIZAÇÃO	AValiação
<ul style="list-style-type: none"> - Rendibilizar os recursos, nomeadamente os professores e os espaços necessários à redução do insucesso escolar e à promoção da qualificação dos alunos; - Criar medidas que possibilitem ultrapassar as dificuldades de integração dos alunos no 10.º ano de escolaridade e o insucesso escolar registado neste ano de escolaridade; - Apoiar o acompanhamento personalizado do aluno; - Contribuir para a descoberta, orientação e desenvolvimento das capacidades e aptidões dos alunos; - Proporcionar o apoio necessário à aquisição de hábitos elementares de trabalho aos alunos que necessitam; - Proporcionar apoio pedagógico aos alunos que pretendam aprofundar as suas competências ou desenvolver os seus projectos, individualmente ou em grupo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta/pesquisa/investigação orientada/assistida (utilizando documentos de diferente natureza e suporte) • Concepção e realização de projectos (Área de Projecto) * <p>* Estas caracterizar-se-ão por: — vários níveis de desenvolvimento; — carácter disciplinar e/ou inter/multi/transdisciplinar.</p>	Biblioteca Videoteca Mapoteca Diapoteca Internet Computadores Software básico, ArcView. Outros programas, se possível (indicados pelos grupos). Recursos a indicar pelos diferentes grupos de acordo com as características próprias de cada disciplina.	Um conjunto de professores de formação científica diversificada, organizado em pares pedagógicos e segundo um horário que deve contemplar de forma equilibrada os diferentes turnos de modo a poder servir os alunos que pretendam frequentá-la.	A desenvolver ao longo do ano lectivo 1999-2000. A sua continuidade dependerá da avaliação global do projecto.	<ul style="list-style-type: none"> • Fichas de presença a preencher pelos alunos; • Fichas de registo/caracterização das actividades desenvolvidas a preencher pelos professores; • Apuramento destes dados no final de cada período e do ano; • Eventual preenchimento de fichas de avaliação, distribuídas aleatoriamente pelos frequentadores da OA.

Ensinar Geografia no século XX: Uma lista bibliográfica

João Carlos Garcia (Coord.)

EM fins de 1985, na sequência de outros trabalhos bibliográficos, em que havia participado, enquadrados no universo da Geografia portuguesa, decidi propor uma tarefa do mesmo tipo aos melhores ex-alunos das disciplinas de «Introdução aos Estudos Geográficos» e de «Expressão Gráfica em Geografia» da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, disciplina que leccionara no ano anterior. As classificações tinham sido dadas e, em princípio, os contactados não voltariam a ser meus alunos: a liberdade era, assim, mais completa para uma fácil recusa à proposta, como aconteceu com vários casos. Ficou quem podia e, sobretudo, quem queria, porque a obra a realizar não era nem atractiva, nem estimulante, nem, muito menos, rendível.

A ideia era tentar um novo volume da *Bibliografia Geográfica de Portugal*, não o terceiro (tão necessário e ainda hoje inexistente) mas, o volume **0**, o anterior ao de H. Lautensach/M. Feio, editado em 1948 (Centro de Estudos Geográficos, Lisboa), mas que recolhe títulos desde 1915. Sobre esta ideia e a sua concretização se discutiu bastante nas primeiras reuniões, decidindo balizas temporais e temáticas, critérios de selecção e inventariação, listas de fontes, obras de referência e estudos a consultar, série de arquivos e de bibliotecas a frequentar...

A primeira e corajosa decisão foi a de «passar a pente fino» o *Diccionario Bibliographico Portuguez*, de Inocêncio Francisco da Silva, e dele retirar todas as referências a obras onde a componente geográfica fosse particularmente marcante. E, de facto, os 23 volumes da célebre obra foram minuciosamente revistos pela primeira geração dos «Inocêncios», como o grupo se passou então a autodenominar. Dele faziam parte: Ângela Andrade, António Teixeira, Cristina Baeta, João Carlos Garcia, José Carlos Matos, Rui Pimenta e Teresa Sousa Guedes.

As dezenas e dezenas de fichas foram-se acumulando, ao mesmo tempo que se tentavam utilizar critérios de arrumação, selecção e classificação. Antes do mundo

se tornar informático tudo era bem mais difícil e moroso, mas iniciou-se mesmo o trabalho de dactilografia, em grandes fichas.

Entretanto, a Licenciatura em Geografia chegou ao fim para os primeiros «Inocências». A entrada na vida profissional dispersou por algum tempo os trabalhadores bibliográficos. Pela minha parte, também as etapas da tese de doutoramento obrigaram a um regime mais rígido e intenso mas, ao longo dos anos, os «Inocências» mantiveram-se como um grupo jantante e, sobretudo, como um grupo de amigos, agora alargado às famílias, onde as crianças começaram a crescer. Ao café sempre se lembravam as fichas e a ideia de que algum dia se reiniciaria o trabalho.

Passado o doutoramento, recordaram-me os «Inocências» a minha promessa. No início do ano lectivo de 1996/97 procurei dar cumprimento à missão: convoquei todos os elementos do núcleo primitivo (como eu, agora dez anos mais velhos) e reuni-os com um grupo de jovens geógrafos, eleitos como eles tinham sido, entre os melhores nas disciplinas que recentemente leccionara. O projecto mantinha-se, as condições de aderência eram as mesmas: trabalho voluntário e gracioso, segundo o querer e disponibilidade de cada um, igualdade de direitos e deveres entre todos os membros, decisões a rever em qualquer momento perante a opinião da maioria... Os «Novos Inocências» não pareceram ficar receosos face ao plano nem, muito menos, ao conhecer «Os Velhos» (mesmo como representação do futuro), antes se estabeleceu rapidamente uma simpática camaradagem. Do novo grupo fazem parte: Ângela Maciel, Filipa Fontinha, Gabriel Ferreira, Luís Moreira, José António Horta, Maria José Silva e Vera Santos.

Revisto todo o processo e todas as fichas tomaram-se algumas decisões mais realistas (informatização dos dados, ultimização de referências não completas, inventariação de artigos de periódicos, etc.) e, de entre elas, a de se divulgar a breve prazo uma primeira amostragem do vasto universo em depósito. Seria um teste à informação arrolada e um estímulo para o grupo, o ver finalmente algum do seu enorme esforço em letra de forma. E a opção foi uma lista bibliográfica sobre o Ensino da Geografia em Portugal, no século XIX, tema pouco estudado e muito pouco cuidado nos anteriores volumes da bibliografia geográfica do nosso País, apesar de o ensino ser a principal carreira seguida pelos geógrafos.

Integram a lista, os manuais dos diversos níveis de ensino — primário, secundário e superior —, de autores portugueses ou estrangeiros (traduzidos para português), editados em Portugal (continental, insular ou ultramarino). O Brasil, como espaço estudado ou produtor de discurso geográfico conta, naturalmente, até 1822. Não são incluídos todos os manuais de geografia estrangeiros, que circulavam abundantemente no século passado em Portugal (largamente utilizados no marcante ensino particular), pela impossibilidade de controlar a sua adopção. A cartografia didáctica (particularmente a parietal) não é contemplada, com excepção dos atlas escolares.

Tendo como base de partida as referências coligidas no repetidamente referido *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tema, autores, obras e palavras-chave foram revistos nos acervos da Biblioteca Nacional de Lisboa e da Biblioteca Pública Municipal do Porto, bem como nas bibliotecas das principais e históricas escolas da cidade do Porto: Escola Secundária de Alexandre Herculano, Escola Secundária de Rodrigues de Freitas, Escola Secundária da Rainha Santa Isabel e Escola Secundária de Carolina Michaëlis de Vasconcellos.

Tentámos sempre o contacto directo com os manuais para que a sua referência bibliográfica fosse o mais completa possível. Assim, a disparidade nas descrições que algumas vezes acontece advém de informação indirecta.

Conscientes de que esta é uma primeira lista e de que este é um teste ao nosso trabalho, muito gostaríamos de receber correcções, alterações, sugestões e contributos para continuarmos o que apenas começámos.

Porto, Março de 1999.

P'los **Inocências** João Carlos Garcia

Lista bibliográfica

- A. R., *Atlas de geographia estatística*. Paris, Guillard, Aillaud, [18-], 22 p. + 21 mapas.
- A. R., *Quadros sinopticos de Geografia para uso das 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª classes dos lyceus acompanhado de um resumo da História Universal para uso das 4.ª e 5.ª classes*, Lisboa, Livraria Académica de José Sebastião Pacheco & C.ª, 1908, 30 p.
- AFONSO, Carlos Augusto dos Santos, *Noções geraes de geographia e chronologia e chorographia portugueza, coordenadas segundo os programmas officiaes das escholas elementares e complementares de instrucção primaria*, Porto, Imp. da Escóla dos Surdos Mudos, 1885, 88 p.
- ALMEIDA, Antonio Lopes da Costa, *Tratado elementar de Geographia e Hydrographia redigido para uso da Aula de Geographia estabelecida na Academia dos Guardas Marinhas*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1841, 348 p.
- ALMEIDA, Fortunato de, *Curso de Geografia Phýsica e Política*, Coimbra, ed. autor, 1909, 273 p.
- ALMEIDA, Fortunato de, *Curso de Geografia Phýsica e Política*, 2.ª ed., Coimbra, F. França Amado, 1910, 493 p.
- [AMADO, José de Sousa], *Chorographia da Lusitania acompanhada de uma carta geographica para uso dos alumnos do segundo anno de geographia e principalmente no exame final da disciplina*, Lisboa, Typ. Universal de Thomás Quintino Antunes, 1874, 15 p. + 1 mapa.
- AMADO, José de Sousa, *Compendio de Chorographia de Portugal, seguido de uma carta chorographica para uso dos alumnos de Instrucção primaria*, Lisboa, Typographia de J. G. de Sousa Neves, 1858, 32 p.
- AMADO, José de Sousa, *Compendio de Chorographia de Portugal seguido de Cartas Chorographicas do Reino e dos Archipelagos dos Açores e Madeira para uso dos alumnos de Instrucção primária*, 2.ª ed., conforme a primeira, approvada pela Portaria do Ministerio do Reino, de 28 de Setembro, Lisboa, Typographia de G. M. Martins, 1861, 39 p.
- AMADO, José de Sousa, *Compendio de Chorographia de Portugal, seguido de uma carta chorographica para uso dos alumnos de Instrucção primaria*, 4.ª ed. acrescentada, Lisboa, Typographia de G. M. Martins, 1868, 40 p.

- AMADO, José de Sousa, *Compendio de Geographia contendo as cartas geraes da Europa, Africa, Asia e Australasia e doze cartas especiaes da Europa. Aprovado pela Junta Geral de Instrucção Publica*, Lisboa, Typographia Universal, 1869, 40 p. + 12 mapas.
- AMADO, José de Sousa, *Compendio de Geographia acompanhado da Cartas Corographicas das cinco partes do mundo e especiaes da Europa ou o estudo da Geographia nos liceus, nos collegios, nas escolas de instrucção primária e na família*, 3.^a ed., Lisboa, Typographia Universal, 1884, 268 p.
- AMADO, José de Sousa, *Compendio de Geographia das Provincias e Colonias Portuguezas d'além mar, na Europa, Africa, Azia e Oceania, seguido de tres cartas geographicas coloridas, dos Açores, Angola e estado de Góa*, Lisboa, Typographia de G. M. Martins, 1861, xii, 32 p.
- AMADO, José de Sousa, *Compendio de Geographia das Provincias e Colonias Portuguezas d'além mar, na Europa, Africa, Asia e Austrália*, 2.^a ed., Lisboa, Typographia G. M. Martins, 1862, 16 p. + 9 mapas.
- AMADO, José de Sousa, *Compendio de Geographia das Provincias e Colonias Portuguezas d'além mar na Europa, Africa, Asia e Australazia, seguido de 9 cartas das mesmas possessões que são as de Açores, Archipelago da Madeira, Cabo Verde, Guiné, Angola, S. Thomé e Príncipe, Moçambique, Damão, Goa, Macau e Timor*, 3.^a ed., Aprovada pelo Conselho Geral de Instrucção Publica, Lisboa, Typographia Universal, 1874, 15 p. + 9 mapas.
- AMADO, José de Sousa, *Compendio de Geographia das Provincias e Colonias Portuguesa*, 4.^a ed., Lisboa, Typographia Universal, 1874, 16 p. + 9 mapas.
- AMADO, José de Sousa, *Compendio de geographia das províncias e colonias portuguezas*, 4.^a ed. acrescentada, Lisboa, Typographia Universal, 1887, 16 p. + 9 mapas.
- [AMADO, José de Sousa], *Introdução ao estudo da Geographia por methodo facil e proveitoso. Europa constando de doze cartas*, Lisboa, Typographia Universal, 1869, 32 p.
- [AMADO, José de Sousa], *Introdução ao estudo da Geographia por methodo facil e proveitoso. Europa constando de doze cartas*, Lisboa, Typographia Universal, 1869 [1873], viii + 40 p.
- ARANHA, Pedro Wenceslau de Brito, *Compendio de Corographia do Brasil para uso das escolas de instrucção primária*, Lisboa, Rolland de Semond, 1872, 74 p.
- Atlas Colonial Portuguez*, Lisboa, Comissão de Cartographia, 1903, 10 mapas.
- Atlas Colonial Português*, 2.^a ed. reduzida, Lisboa, Ministério da Marinha e Ultramar — Comissão de Cartographia, 1909, 12 mapas.
- Atlas de Portugal e colónias: atlas de geographia universal*, Lisboa, Empresa Editora do Atlas de Geografia Universal, 1904, 59 p. + 11 mapas.
- Atlas Moderno para uso da Mocidade, ou Principios claros para se aprender facilmente, e em pouco tempo a Geografia: com hum tratado methodico da Esfera, onde se explicão o Movimento das Astros, os diversos systemas, e o uso dos Globos, traduzido do francez*, 3.^a ed. correcta e emendada, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1812, xxiv, 310 p.
- Atlas Moderno para uso da mocidade portugueza, ou principios claros para se aprender facilmente, e em pouco tempo a geografia*, Nova ed. augmentada, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1824, 294 + 90 + [6] p. + xxiv mapas.

- BALBI, Adriano, *Atlas de geographia universal*, Paris, J. P. Aillaud, 1839, 9 mapas.
- BALBI, Adriano, *Atlas de geographia universal (rect., cor., augm.)*, Paris, J. P. Aillaud, [18-], 10 mapas.
- BAPTISTA, Joaquim Maria, *Compendio de Geographia Portugueza*, Lisboa, Typographia do Jornal do Commercio, 1858, 99 p.
- BETTENCOURT, Emiliano Augusto de, *Noções de Chorographia de Portugal seguidas de um exemplar dos novos extractos das cartas parietaes de Portugal e das Cartas Geographicas dos Archipelagos dos Açores e da Madeira, novamente approvadas pelo Ministerio do Reino para uso das Escolas de Instrucção Primaria*, 4.^a ed. coordenada segundo o programma official para os exames de admissão nos Lyceus Nacionaes, Lisboa, Typographia de Cristovão Augusto Rodrigues, 1874, 29 p. + 4 mapas.
- BETTENCOURT, Emiliano Augusto de, *Noções de Chorographia de Portugal seguidas de um exemplar dos novos extractos das cartas parietaes de Portugal e das Cartas Geographicas dos Archipelagos dos Açores e da Madeira, novamente approvadas pelo Ministerio do Reino para uso das Escolas de Instrucção Primaria*, 7.^a ed. coordenada segundo o programma official para os exames de admissão nos Lyceus Nacionaes, Lisboa, Typographia de Cristovão Augusto Rodrigues, 1877, 29 p. + 4 mapas.
- BETTENCOURT, Emiliano Augusto de, *Noções de Chorographia de Portugal seguidas de um exemplar dos novos extractos das cartas parietaes de Portugal e das Cartas Geographicas dos Archipelagos dos Açores e da Madeira, approvadas pelo Ministerio do Reino para uso das Escolas de Instrucção Primaria*, 9.^a ed. Coordenada segundo o programma official para os exames de admissão nos Lyceus Nacionaes e acrescentada com um magnifico planispherio onde se indica a posição geographica das possessões portuguezas, Lisboa, Typographia de Cristovão Augusto Rodrigues, 1880, 29 p. + 4 mapas.
- BETTENCOURT, Emiliano Augusto de, *Noções de Chorographia de Portugal seguidas de um exemplar dos novos extractos das cartas parietaes de Portugal e das Cartas Geographicas dos Archipelagos dos Açores e da Madeira, approvadas pelo Ministerio do Reino para uso das Escolas de Instrucção Primaria*, 10.^a ed. coordenada segundo o programma official para os exames de admissão nos Lyceus Nacionaes e acrescentada com um magnifico planispherio onde se indica a posição geographica das possessões portuguezas, Lisboa, Typographia Universal, 1882, 29 p. + 4 mapas.
- BETTENCOURT, Emiliano Augusto de, *Noções de Chorographia de Portugal seguidas das cartas geographicas dos Archipelagos dos Açores e da Madeira, e de um magnifico planisferio onde se indica a posição geographica das possessões portuguezas*, 11.^a ed., Lisboa, Typographia Universal, 1885, 32 p. + 2 mapas.
- BETTENCOURT, Emiliano Augusto de, *Noções de Chorographia de Portugal seguidas das cartas geographicas dos Archipelagos dos Açores e da Madeira, e de um magnifico planisferio onde se indica a posição geographica das possessões portuguezas*, «Reprodução da 11.^a ed.», Lisboa, Typographia Universal, 1885, 32 p. + 2 mapas.
- BETTENCOURT, Emiliano Augusto de, *Noções de Chorographia de Portugal seguidas das cartas geographicas dos Archipelagos dos Açores e da Madeira e de um*

- magnifico planispherio onde se indica a posição geographica das possessões portuguezas*, 12.^a ed. muito augmentada na parte respectiva às ilhas adjacentes e provincias ultramarinas, Lisboa, Adolpho Modesto & C.^a, 1886, 51 p. + 2 mapas.
- BETTENCOURT, Emiliano Augusto de, *Noções de Chorographia de Portugal seguidas da carta geographica do continente e de um planispherio onde se indica a posição geographica das possessões portuguezas*, 13.^a ed., Lisboa, A. Ferreira Machado & C.^a, 1889, 96 p. + 4 mapas.
- BETTENCOURT, Emiliano Augusto de, *Noções de Chorographia de Portugal seguidas da carta geographica do continente, para uso das Escolas de Instrucção Primaria coordenadas segundo o ultimo programma official para os exames de admissão aos lyceus. Obra approvada pelo Conselho Superior de Instrucção Publica*, 14.^a ed., Lisboa, A. Ferreira Machado & C.^a, 1891, 44 p.
- BETTENCOURT, Emiliano Augusto de, *Noções de Chorographia de Portugal para uso dos lyceus e escolas normaes. Obra approvada pelo Conselho Superior de Instrucção Publica*, 14.^a ed. revista e modificada em harmonia com os ultimos factos que constituem o seu objecto, Lisboa, A. Ferreira Machado & C.^a, 1893, 147 p. + 4 mapas.
- BETTENCOURT, Emiliano Augusto de, *Noções de Chorographia de Portugal seguidas da carta geographica do Continente*, 16.^a ed., Lisboa, A. Ferreira Machado & C.^a, 1895, 60 p. + [1] mapa.
- BETTENCOURT, J. Barbosa de, *Geographia. Segunda Classe. Ensino Secundario Official*, Lisboa, Manoel Gomes, 1898, viii, 109 p.
- Biblioteca em miniatura ou a moral em acção. Escolha de contos moraes, e factos memoraveis. Obra util para a Educação de ambos os sexos, afim de amarem a Sabedoria, e formarem os corações pelo exemplo de todas as Virtudes. Geographia*, Lisboa, Imprensa de J. N. Esteves e Filho, 1835, 52 p.
- BIVAR, Diogo Soares da Silva e, *Novo Atlas geographico politico e historico de todos os Estados que compõem a Europa, indicando as diversas mudanças sobrevindas aos mesmos Estados desde a epocha da revolução da França até á publicação do presente Atlas*, Lisboa, Imprensa Regia, 1810, IV, 32 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Apendice à 2.^a edição da Geographia geral actualizada, contendo as doutrinas exigidas pelo ultimo programa de 14 de Outubro de 1880*, Porto, Chardron, 1881, 168 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Chorography of Portugal for the exclusive use of the classes for primary instruction at this school Escola Academica. Translation by M. Astley Camphell*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1905.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Compendio de Geographia: actualizada e adaptada ao ensino nos institutos de instrucção secundaria*, Porto, Chardron, 1901, 525 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Compendio de Geographia*, Lisboa, Livraria Ferin, 1904, 437 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia: 1.^a classe, 2.^a ed.*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, 84 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia: 1.^a classe, 3.^a ed.*, Lisboa, Livraria Ferin, 1900, 75 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classe I, 5.^a ed.*, Lisboa, Livraria Ferin, 1903, 79 p.

- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classe I*. 7.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1906, 79 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geografia, II Classe*, 3.^a ed., Lisboa, A Liberal, 1899, 131 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classe II*, 6.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1905, 134 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classe III*, Lisboa, Livraria Ferin, 1897, 192 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classe III*, 3.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1903, 184 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classe III*, 5.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1906, 160 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia: 4.^a classe*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, 216 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geografia, Classe IV*, 2.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1900, 190 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geografia, Classe IV*, 3.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1902, 192 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geografia, Classe IV*, Lisboa, Livraria Ferin, 1903.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classe IV*, 5.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1905, 192 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classe IV*, 6.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1906, 184 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classe V*, Lisboa, Livraria Ferin, 1900, 49 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classe V*, 2.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1903, 39 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classe VI*, Lisboa, Livraria Ferin, 1901, 127 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classe VI*, 2.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1903, 127 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classe VI (Programa de 1905)*, Lisboa, Livraria Ferin, 1906, 254 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classe VII (Programa de 1905)*, Lisboa, Livraria Ferin, 1906, 168 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classes I, II e III (Revisões na IV e V)*, 1.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1907, 694 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classes I, II e III (Revisões na IV e V)*, 2.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1908, 638 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia, Classes I, II e III (Revisões na IV e V)*, 3.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1909, 655 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia: accommodado ao novo regimen do ensino secundario*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, 112 p. il.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Curso de Geographia: instrução secundaria official*, 2.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1900, 183, [1] p.

- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Elementos de Geografia Económica*, Porto, Livraria Ferin, 1891.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Geografia Geral: actualizada*, Porto, Internacional, 1875, ix,294 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Geografia Geral: actualizada*, 2.^a ed. correcta e modificada, Porto, Chardron, 1878, 278 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Geographia geral actualisada*, 4.^a ed. correcta e adaptada á última organização da instrucção secundária, Porto, Ernesto Chardron, 1887, 408 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Geographia Geral actualisada e posta em harmonia com o novo programma para o ensino nos lyceus*, 5.^a ed., Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Casa Editora Lugan & Genelioux, Sucessores, 1888, 535 p. + 2 mapas.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Geografia Geral: actualizada*. 6.^a ed., Porto, Ernesto Chardron, 1890, 535 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Geographia geral actualisada*, 8.^a ed., Porto, Ernesto Chardron, 1893, 536 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Geographia Geral actualizada e adaptada ao ensino nos Institutos de Instrucção Secundaria e Escolas Similares. Approvada pelo Conselho de Instrucção Publica*, 9.^a ed., consideravelmente melhorada, Porto, Livraria de Chardron, Casa Editora de Lello & Irmão, 1895, 592 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Geographia Geral*, 11.^a ed. consideravelmente melhorada, Porto, Lello & Irmão, 1901, 525 p.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Noções Elementares de Chorographia Portugueza*, 2.^a ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1903, 112 p.
- BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, *Curso de Geographia Antiga e Moderna, Chronologia e Historia da Geographia para uso dos lyceus e outros estabelecimentos de instrucção nacional. Obra approvada pelo Governo*, 3.^a ed., Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1878, x,605 p.
- BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, *Curso de geographia antiga e moderna e de chronologia, para uso dos lyceus e outros estabelecimentos de instrucção nacional*, 3.^a ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878, ix,605 p.
- BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, *Curso de Geographia e Chronologia para uso dos Lyceus e outros estabelecimentos de instrucção secundaria*, 3.^a ed., Porto, Bento José da Costa, 1891, xii,648 p.
- BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, *Curso de Geografia Geral, de Cosmographia e de Chorographia Portuguesa*, Porto, Livraria Escolar, 1892.
- BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, *Noções elementares de geographia, mathematica, phisico,geologica, politica e atmospherico meteorologica accommodadas ao estado actual do mundo e adornadas de figuras geometricas gravadas no texto, para melhor intelligencia da parte astronomica e de tábuas synopticas curiosas, que facilitam extremamente o estudo da geographia physica e politica. Approvada pelo conselho geral de instrucção publica para uso nas escolas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1861, iii,550 p.
- BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, *Noções elementares de Geographia Mathematica, geológica, atmospherico,meteorológica, physica e politica, accom-*

- modadas ao estado actual do mundo e adornadas de figuras geometricas para melhor intelligencia da parte astronomica e de tábuas synopticas curiosas que facilitam extremamente o estudo da Geographia Physica e Politica. Approvadas pelo Conselho Geral de Instrucção Publica para uso das escholas, 2.^a ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, x,450 p.*
- BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, *Noções elementares de geographia geral coordenadas segundo o regulamento do conselho geral de instrucção publica para os alumnos do primeiro anno dos lyceus*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1862, 64 p.
- BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, *Noções elementares de Geographia Geral, de Cosmographia e de Chorographia Portugueza, para uso das escolas primarias e exames de admissão aos lyceus nacionaes*, Porto, Livraria Escolar, 1892, 73 p.
- BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, *Noções rudimentares de chorographia portugueza, coordenadas segundo os mais recentes dados estatísticos e accommodadas ao programa para os exames de instrucção primaria*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868, 31 p.
- BRITO, Joaquim Maria Rodrigues de, *Chorographia do Reino de Portugal para uso das Escholas d'Instrucção Primária*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1850, 99 p.
- CAMPOS, Alfredo, *Principios elementares de chorographia portugueza actualisada, compilada dos melhores auctores e conforme com o programma official para as aulas d'instrucção primaria com um mappa de Portugal*, Braga, Typographia Lusitana, 1885, 31 p. + 1 mapa.
- CAMPOS, Alfredo, *Principios elementares de chorographia portugueza actualisada para as aulas d'instrucção primaria, 2.^a ed. revista e melhorada*, Braga, Typographia Lusitana, 1888, 31 p. + 1 mapa.
- CARNEIRO, Bernardino Joaquim da Silva, *Breves noções de Geographia para uso das escholas primarias*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1845, 67 p.
- CARNEIRO, Bernardino Joaquim da Silva, *Elementos de geographia e chronologia para uso das escholas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1844, vii,79 + [8] p.
- CARNEIRO, Bernardino Joaquim da Silva, *Elementos de Geographia e Chronologia para uso das escholas, 3.^a ed. emendada*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1851, 121 p.
- CARNEIRO, Bernardino Joaquim da Silva, *Elementos de geographia e chronologia para uso das escholas, 5.^a ed. melhorada*, Coimbra, Livraria de J. Augusto Orcel, 1858, 136 + [1] p. il.
- CARNEIRO, Bernardino Joaquim da Silva, *Elementos de geographia e chronologia para uso das escholas, 6.^a ed.*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1862, 137 + [2] p.
- CARNEIRO, Bernardino Joaquim da Silva, *Elementos de geographia e chronologia para uso das escholas, 7.^a ed.*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1863, 139 p.
- CARNEIRO, Bernardino Joaquim da Silva, *Elementos de geographia e chronologia para uso das escholas, 8.^a ed.*, Coimbra, Livraria J. Augusto Orcel, 1868, 136 p.
- CARVALHO, Anselmo Ferraz de, *Geographia Geral Elementar, segundo os novos programmas do Ensino Secundario, VI Classe do Curso dos Lyceus*, Braga, Cruz & C.^a, 1909, 363 p.

- CARVALHO, Ricardo Diniz de, *Elementos de chronologia, geographia e chorographia de Portugal*, 3.^a ed., Coimbra, F. França Amado, 1897, 45 p.
- CARVALHO, Ricardo Diniz de, *Principios elementares de chorographia de Portugal: para uso das escolas de instrucção primária, no ensino complementar*, Coimbra, Imp. Academica, 1891, 84 p. + 1 mapa.
- CARVALHO, Ricardo Diniz de, *Principios Elementares de Chorographia de Portugal para as escolas de instrucção primaria complementar, e habilitação para os exames nos lyceus e dos candidatos ao magisterio primario, e bem assim para as escolas industriaes e agricolas; illustrada com gravuras, e o respectivo mappa chorographico do continente, ilhas adjacentes e possessões ultramarinas, a qual coordenou em harmonia com os ultimos programmas officiaes*, 2.^a ed., Coimbra, Francisco França Amado, 1894, 72 p.
- CASIMIRO, Alexandre das Dores, *Geographia das Escolas Primarias coordenada segundo os programmas dos exames de admissão aos lyceus e complementares, e com desenvolvimento sufficiente para auxiliar os aspirantes ao magisterio primario*, Porto, Empreza Litteraria e Typographica Ed., 1890, 164 p.
- Catálogo de Cartas Geográficas*, Porto, Liceu de Rodrigues de Freitas, 1911, 10 p.
- Chorographia de Portugal illustrada com o respectivo mappa chorographico*, 1.^a ed., Lisboa, David Corazzi, 1881, 63 p.
- COMMINGS, J. A., *Elementos, ou primeiras lições de Geographia e Astronomia. Traduzido do inglez, reformado, e consideravelmente augmentado, para uso dos meninos portuguezes; servindo como d'introdução aos estudos geographicos e astronomicos por J. J. D'A.*, Lisboa, Imp. de Eugénio Augusto, 1828, 116 p. + 9 mapas.
- COMMISSÃO DOS LIVROS ESCOLARES PARA INDIGENAS, *Noções de chorographia da Provincia de Moçambique para uso das escolas indigenas ao sul do Save*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1909, 34 p.
- Compendio de Geographia e Chronologia offerecido aos bons estudantes portuguezes*, Lisboa, Typographia de Silva, 1848, 397 p.
- Compendio de Geographia Geral comprehendendo a geographia mathematica, a geographia physica, e a geographia politica, especialmente desenvolvido na parte respeitante a Portugal, Brazil, e colonias portuguezas, e posto em dia com as mais recentes alterações politicas e com as últimas estatisticas. Nova edição em gravuras*, Lisboa, Livraria Antonio Maria Pereira, 1893, 163 p.
- COSTA, Júlio Gaspar Ferreira da, *Atlas de Geographia Universal*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1898.
- COSTA, Júlio Gaspar Ferreira da, *Atlas de Geographia Universal: descriptivo e illustrado*, Lisboa, Empresa Editora do Atlas de Geografia Universal, 1903, 160 p. + 40 mapas.
- COSTA, Manuel Joaquim da, *Noções de chorographia de Portugal e de chronologia*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1906, 64 p.
- COUTINHO, Luiz Gonçalves, *Compendio de Geographia moderna e universal, dividido em duas partes, etc.*, Lisboa, Imp. Nacional, 1840, 228 p.
- DEUSDADO, Ferreira, *Chorographia de Portugal illustrada*, 1.^a ed., Lisboa, Guillard, Aillaud & C.^a, s.d. [1893], 53 p.
- DEUSDADO, Ferreira, *Elementos de Geographia Geral*, Paris, Lisboa, Guillard, Aillaud e C.^a, 1891, xii, 558 p.

- EÇA, Vicente Almeida d', *Chorographia de Portugal (Noções Elementares)*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1903, 104 p.
- EÇA, Vicente de Almeida d', *Chorographia de Portugal: noções elementares*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1906, 128 + [3] p.
- EÇA, Vicente de Almeida d', *Noções elementares de geographia, chronologia e chorographia de Portugal*, Lisboa, Typ. da Comp. Nac. Ed., 1897, 87 + [1] p.
- EÇA, Vicente de Almeida d', *Noções elementares de geographia, chronologia e chorographia de Portugal*, 2.^a ed. revista, Lisboa, Typ. da Comp. Nac. Ed., 1898, 93 p.
- FARIA, Elisabete Joana Lobato de, *Noções preliminares de geographia para o uzo das meninas*, Nova,Goa, Imprensa Nacional, 1866,[4] 90 p.
- FIGUEIREDO, Cândido de, *Da Cosmographia. Noções syntheticas coordenadas segundo o programma official vigente para uso dos Institutos de Instrucção Secundária*, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1883, 45 p.
- FIGUEIREDO, Cândido de, *Manual de geographia moderna: Physica e política em harmonia com as ultimas descobertas scientificas, com as modernas alterações politicas e tratando especialmente da Geographia de Portugal e suas colonias segundo os mais recentes dados estatísticos, commerciais e geographicos*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1886, viii, 128 p.
- FORJAZ, A., *Geografia da Infância para uso das escholas*, 2.^a ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1855, 118 p.
- FREIRE, Henrique A. da C. S., *Compendio de chorographia de Portugal*, 2.^a edição revista e correcta, Lisboa, Imp. de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1870, 48 p.
- GAULTIER, Abbade, *Lições de Geographia Traduzidas em portuguez Por uma Sociedade de Litteratos portuguezes. Nova edição, inteiramente refundida e consideravelmente augmentada, feita sobre a última de Pariz em 1845, por J. I. Roquette*, Pariz, Livraria Portugueza de J. P. Aillaud, 1846, 425 p.
- GAULTIER, Abbade, *Lições de Geographia. Traduzidas em portuguez por uma Sociedade de Litteratos portuguezes. Nova edição, inteiramente refundida e consideravelmente augmentada, feita sobre a última de Pariz em 1850, por J. I. Roquette*, Pariz, V.^a J., P. Aillaud, Moulon e C.^a, 1859, 422 p.
- GAULTIER, *Lições de Geographia traduzidas em portuguez por uma Sociedade de Litteratos portuguezes. Edição novissima inteiramente refundida e consideravelmente augmentada feita sobre a última franceza, por J. I. Roquette*, Paris, V.^a J., P. Aillaud, Guillard et C.^a, 1867, 586 p.
- Geographia geral e resumo da chorographia e da historia dos reis: para uso das educandas de Nossa Senhora da Visitação (Sallesias)*, Lisboa, Typographia Belenense, 1886, 32 p.
- GERALDES, Joaquim Pedro Cardoso Casado, *Compendio de geografia, historica antiga e moderna, e chronologia, para uso da mocidade portugueza*. Pariz, Fantin (Rey e Gravier e Aillaud), 1826, 204 p.
- GOMES, António Manuel, *Noções de geographia e chorographia portugueza redigidas em harmonia com o programma official d'esta disciplina: para uso das escholas d'instrucção primária*, Porto, Livraria Lello, 1890, 54 p.
- GOMES, B. Barros, *Cartas elementares de Portugal para uso das escholas approvadas para as escholas primarias pela Junta Consultiva de Instrucção Pública, e duas*

- d'ellas duas vezes premiadas na exposição de Philadelphia de 1876*, Lisboa, Lallemand Frères, 1878, 32 p.
- GUERRA, Figueiredo da, *Apontamentos para o exame de História. Primeira parte. Geographia*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1876, 70 p.
- Introdução ao estudo da geographia por methodo fácil e proveitoso*, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1869, 40 p + 12 mapas.
- J. E. M., *Novos elementos de geographia geral e em especial de chorographia portugueza*, Lisboa, Imprensa Litteraria, 1864, 45 p.
- J. P. B., A. V. F. C. de Q., J. L. N. de M., *Compendio de Geographia e Chronologia offerecido aos bons estudantes portuguezes*, Lisboa, Typographia de Silva, 1848, 397 p.
- LAGE, José Gonçalves, *Elementos de Chronologia, de Geographia e de Corographia de Portugal*, Nova ed. accommodada ao programma official de ensino primario (2.º grau) de 18 de Junho de 1886 por L. Pinto da Rocha, Porto, Livraria Portuguesa, Editora, de Joaquim Maria da Costa, 1897, 24 p.
- LAGE, José Gonçalves, *Noções elementares de geographia e chorographia portugueza*, 2.ª ed. correcta e augmentada, Porto, Livraria Portuguesa, 1892, 46 p. [3] f. il: mapas.
- LAGE, José Gonçalves, *Noções elementares de Chorographia de Portugal*. Coimbra, Livraria Portuguesa e Extrangeira, 1882, 46 p.
- LAGE, José Gonçalves, *Noções elementares de geographia, chronologia e chorographia de Portugal. Novissima edição accommodada ao programma official d'instrucção primaria de 18 de Junho de 1896 por L. Pinto da Rocha*, Porto, em casa de Joaquim Maria da Costa, Livreiro Editor [1901], 32 p. (Biblioteca da Livraria Escolar, 3).
- Lições de geographia elementar, para uso das escolas*, nova ed., Lisboa, Typographia Rollandiana, 1845, 155 p.
- Lições de geographia elementar, para uso das escolas*, Porto, Typographia da Revista, 1848, 99 p
- Lições de geographia elementar, para uso das escolas*, 2.ª edição, Porto, Typographia da Revista, 1849, 99 p
- Lições de geographia*, Lisboa, Typographia de G. M. Martins, 1850, 16 p.
- Lições elementares de geographia e chronologia com o seu atlas apropriado, accommodado ao estado de conhecimentos e mais circunstâncias dos alumnos da aula de arithemética, geometria, geographia e chronologia do Real Collegio das Artes e Universidade de Coimbra*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1830, 92 p.
- LOPES, Valentim José da Silveira, *Comphendio de Chorographia portugueza para uso das aulas de instrucção primária. Oferecido aos alumnos da Academia de Minerva*, Lisboa, Tipographia J. J. de Sales, 1851, 54 p.
- LÜDDECKE, Ricardo, *Atlas Escolar Portuguez mandado organizar pela Direcção Geral de Instrucção Publica para uso dos Lyceus e Institutos de ensino secundario*, 1.ª ed., Gotha, Justus Perthes, 1897, 46 mapas.
- LÜDDECKE, Ricardo, *Atlas Escolar Portuguez mandado organizar pela Direcção Geral de Instrucção Publica para uso dos Lyceus e Institutos de ensino secundario*, 2.ª ed. correcta, Gotha, Justus Perthes, 1902, 46 mapas.

- MACEDO, António Lourenço da Silveira, *Noções summarias de geographia e chorographia de Portugal para as escolas primarias*, Horta, Typographia de Francisco P. de Mello, 1877, 52 p.
- MANO, Ildefonso Marques, *Compendio de Chorographia Portugueza e História (de Geographia) para a 7.^a classe*, Porto, Magalhães e Figueiredo, 1909, 227 p.
- MANO, Ildefonso Marques, *Compendio de Geographia para a 1.^a, 2.^a e 3.^a Classes dos Lyceus*, Porto, Magalhães e Figueiredo, 1909, 493 p.
- MANO, Ildefonso Marques, *Compendio de Geographia para a VII Classe dos Lyceus*, Porto, Magalhães e Figueiredo, 1907, 145 p.
- MATTOSO, José Alves, *Compendio de geographia geral em harmonia com o ultimo programma para o ensino nos lyceus*, Coimbra, Livraria Portugueza e Estrangeira, 1891, 311 p.
- MATTOSO, José Alves, *Compendio de geographia geral: em harmonia com o último programma para o ensino nos lyceus*, Coimbra, Manuel de Almeida Cabral, 1891, 311 p.
- MATTOSO, José Alves, *Compendio de geographia geral: em harmonia com o último programma para o ensino nos lyceus*, 2.^a ed., Coimbra, Typographia do Seminário, 1895, 289 + [1] p.
- MATTOSO, José Alves, *Compendio de geographia geral*, 3.^a ed., Coimbra, Imprensa Académica, 1897, 307 p.
- MATTOSO, José Alves, *Compendio de geographia geral*, 4.^a ed., Coimbra, Imprensa Académica, 1900, 331 p.
- MATTOSO, José Alves, *Compendio de geographia geral*, 5.^a ed., Coimbra, Typographia França Amado, 1903, 331 p.
- MATTOSO, José Alves, *Compendio de geographia geral*, 6.^a ed., Coimbra, F. França Amado, 1907, 327 p.
- MATTOSO, José Alves, *Noções de Chorografia de Portugal com a carta geographica respectiva em harmonia com o ultimo programma official para uso das Escolas de Instrução Primaria*, Coimbra, Livraria Portugueza e Estrangeira de Manuel de Almeida Cabral, 1892, 31 p.
- MAY, Alfredo Oscar d’Azevedo, *Novo atlas universal de História e Geographia antiga, medieval e moderna*, 4.^a ed., Paris, Lisboa, Guillard, Aillaud & C.^a, [1889], 64 cartas color.
- MAY, Alfredo Oscar d’Azevedo, *Novo atlas universal de História e Geographia antiga, medieval e moderna*, 10.^a ed., Paris, Aillaud e Bertrand, [190], 64 cartas color.
- MELO, Carlos de, *Elementos de Geographia geral*, Lisboa, Typographia do Commercio, 1893, 805 p.
- MELLO, Joaquim Lopes Carreira de, *Breve tratado de Corographia portugueza, historica, politica offerecido á mocidade portugueza*, Lisboa, Typographia Sotero António Borges, 1851, 144 p.
- MELLO, Joaquim Lopes Carreira de, *Breve tratado de Corographia de Portugal e dominios para uso das escholas de instrucção primária*. Lisboa, Imprensa União Typographica, 1858, II, 108 p.
- MELO, Joaquim Lopes Carreira de, *Compêndio de Chorografia de Portugal e domínios*. Lisboa, Typographia Castro, 1851.

- MELO, Joaquim Lopes Carreira de, *Compendio de Chorographia de Portugal e domínios, para uso das aulas de instrução primaria*, 3.^a ed., Lisboa, Typographia Castro & Irmão, 1855, 100 p.
- MELO, Joaquim Lopes Carreira de, *Compendio de Chorographia de Portugal e domínios, para uso das Escolas de Instrução Primaria, aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Publica*, 3.^a ed. revista e augmentada, Lisboa, Typographia Castro & Irmão, 1855, 128 p.
- MELO, Joaquim Lopes Carreira de, *Compendio de Chorographia de Portugal e domínios, para uso das Escolas de Instrução Primaria, aprovado por Sua Magestade sob consulta do Conselho Superior de Instrução Publica*, 4.^a ed., Lisboa, Typographia de Castro & Irmão, 1856, 120 + [3] p.
- MELO, Joaquim Lopes Carreira de, *Compendio de Chorographia de Portugal e domínios, para uso das Escolas de Instrução Primaria, aprovado por Sua Magestade sob consulta do Conselho Superior de Instrução Publica*, 6.^a ed., Lisboa, Imp. União Typographica, 1858, [4] + 102 + [3] p.
- MELLO, Joaquim Lopes Carreira de, *Compendio de Chorographia de Portugal e domínios para uso das escolas de instrução primária*, 8.^a ed., Lisboa, Imprensa Typographica Universal, 1862, 105 p.
- MELO, Joaquim Lopes Carreira de, *Compendio de Chorographia de Portugal e domínios para uso das Escolas de Instrução Primaria*, 9.^a ed., Lisboa, Typographia Universal, 1864, 109 + [7] p.
- MELO, Joaquim Lopes Carreira de, *Compendio de Chorographia de Portugal e domínios para uso das Escolas de Instrução Primaria*, 10.^a ed., Lisboa, Typographia Universal, 1866, 115 + [5] p.
- MELO, Joaquim Lopes Carreira de, *Compendio da Chorographia de Portugal e domínios, para uso dos allumnos das Escolas de Instrução Primaria, aprovado por Sua Magestade sob consulta do Conselho Superior de Instrução Publica*, 11.^a ed., Lisboa, Typographia Universal de Thomás Quintino Antunes, 1868, 121 + [3] p.
- MELO, Joaquim Lopes Carreira de, *Compendio de chorographia de Portugal e domínios para as Escolas de Instrução Primaria Complementar (2.^o grau)*, 15.^a ed., Lisboa, Typographia Universal de Tomás Quintino Antunes, 1880, 129 + [2] p.
- MELLO, Joaquim Lopes Carreira de, *Compendio de Geographia e Chronologia para uso das escolas*, 8.^a ed., Lisboa, Typographia de Castro e Irmão, 1854, 225 p.
- MORAES, Manoel José Alves de, *Geographia Geral (Pequena Geographia) systematisada e desenvolvida conforme os programmas mais modernos do ensino d'esta disciplina*, Porto, Manoel Alves d'Oliveira & C.^a Ed., 1904, xiv, 544 p.
- NUNES JUNIOR, J. B., *Simples noções de Chorographia de Portugal e Chorographia*, 3.^a ed., Lisboa, Minerva Peninsular, João Alberto dos Santos, [1900], 20 p.
- OLIVEIRA, Francisco Manuel, *Ensaio poetico sobre a harmonia do mundo, e suas partes: ou tratado metrico de geografia universal para servir de instrução á mocidade portugueza*, Lisboa, Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1805, 120 p.
- PEIXOTO, A. A. da Rocha, *Curso elementar de Geographia Geral conforme o actual programma d'esta disciplina para usos dos Lyceus*, Porto, Ed. Alcino Aranha e C.^a, s/d [post. 1888], 415 p.

- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Noções elementares de chorographia portugueza para uso das escholas de instrucção primaria*, 6.^a ed., Coimbra, Livraria de J. Augusto Orcel, 1872, 32 p.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza para uso das escholas de instrucção primária*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1862, 27 p.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza para uso das escholas de instrucção primária*, 3.^a ed., Coimbra, Imprensa Literaria, 1865, 28 + [2] p.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza para uso das escholas de instrucção primária*, 4.^a ed., Coimbra, Imprensa Literaria, 1867, 28 + [2] p.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza para uso das escholas de instrucção primária*, 6.^a ed., Coimbra, Livraria de J. Augusto Orcel, 1872, 32 p.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza para uso das escholas de instrucção primária*, 7.^a ed., Coimbra, Imprensa Literaria, 1874, 32 p.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza para uso das escholas de instrucção primária*. 10.^a ed. correcta e melhorada, Coimbra, Livraria de J. Augusto Orcel, 1877, 32 p.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios Elementares de Chorographia Portugueza compostos segundo os artigos do programma official para uso das Escholas de Instrucção Primaria*, 12.^a ed., Coimbra, Livraria Central de J. Diogo Pires, 1880, 32 p.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios Elementares de Chorographia Portugueza compostos segundo os artigos do programma official para uso das Escholas de Instrucção Primaria*, 13.^a ed., Coimbra, Livraria Central de J. Diogo Pires, 1881, 32 p.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza compostos segundo os artigos do programma official para uso das escholas de instrucção primária muito melhorada e accrescentada com mappas de Portugal e suas possessões*, 15.^a ed., Coimbra, Livraria Central de J. Diogo Pires, 1882, 32 p. + 3 mapas.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza compostos segundo os artigos do programma official para uso das escholas de instrucção primária muito melhorada e accrescentada com mappas de Portugal e suas possessões*, 16.^a ed., Coimbra, Livraria Central de J. Diogo Pires, 1884, 32 p. + 3 mapas.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza compostos segundo os artigos do programma official para uso das escholas de instrucção primária muito melhorada e accrescentada com mappas de Portugal e suas possessões*, 18.^a ed., Coimbra, Livraria Central de J. Diogo Pires, 1888, 32 p. + 3 mapas.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza compostos segundo os artigos do programma official para uso das escholas de*

- instrução primária muito melhorada e accrescentada com mappas de Portugal e suas possessões*, 19.^a ed., Coimbra, Livraria Central de J. Diogo Pires, 1889, 32 p. + 3 mapas.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza compostos segundo os artigos do programma official para uso das escholas de instrução primária muito melhorada e accrescentada com mappas de Portugal e suas possessões*, 20.^a ed., Coimbra, Livraria Central de J. Diogo Pires, 1890, 32 p. + 3 mapas.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza para uso das escholas de instrução primária*, 21.^a ed., Coimbra, Livraria Central de J. Diogo Pires, 1892, 32 p. + 3 mapas.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza compostos segundo os artigos do programma official para uso das escholas de instrução primária*, 22.^a ed., muito melhorada e accrescentada com os mappas de Portugal e suas possessões, aprovada pela Junta Consultiva de Instrucção Pública, Coimbra, Livraria Central de J. Diogo Pires, 1894, 32 p.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza compostos segundo os artigos do programma official para uso das escholas de instrução primária*, 23.^a ed., muito melhorada e accrescentada com os mappas de Portugal e suas possessões, aprovada pela Junta Consultiva de Instrucção Pública, Coimbra, Livraria Central de J. Diogo Pires, 1895, 32 p.
- PERDIGÃO, Francisco Marques, *Principios elementares de chorographia portugueza compostos segundo os artigos do programma official para uso das escholas de instrução primária*, 25.^a ed., muito melhorada e accrescentada com os mappas de Portugal e suas possessões, aprovada pela Junta Consultiva de Instrucção Pública, Coimbra, Livraria Central de J. Diogo Pires, 1902, 32 p.
- PEREIRA, João Felix, *Chorographia do Brazil*. Lisboa, Typographia de Francisco Xavier de Sousa, 1853, 175 p.
- PEREIRA, João Felix, *Chorographia do Brazil*, Lisboa, Imprensa de Lucas Evangelista, 1854, iv,349 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Chorografia Portugueza para uso das aulas de instrução primária e secundária*, 1.^a ed, Lisboa, Typographia de José da Costa Nascimento Cruz, 1850.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Chorographia Portugueza para uso das aulas de Instrucção primária e secundária*, 2.^a ed., Lisboa, Typographia de Alexandrina Amelia de Salles, 1851, 80 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Chorographia Portugueza para uso das aulas de Instrucção primária e secundária*, 3.^a ed., Lisboa, Tipografia d'Andrade e Companhia, 1852, 77 + [2] p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Corografia de Portugal*, 14.^a ed., Lisboa, Typographia de José da Costa Nascimento Cruz, 1861, 60 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Corografia de Portugal*, 17.^a ed., Lisboa, Typographia de José da Costa Nascimento Cruz, 1862, 60 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Chorographia Portugueza para uso das aulas de Instrucção primária e secundária*, 17.^a ed. [reimp.], Lisboa, Typographia de José da Costa Nascimento Cruz, 1863, 60 p.

- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Chorografia de Portugal para usos das aulas de instrução primaria e secundaria*, 18.^a ed., Lisboa, Typographia José da Costa Nascimento Cruz, 1863, 60 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Chorographia Portugueza para uso das aulas de Instrução primária e secundária*, 19.^a ed., Lisboa, Typographia de José da Costa Nascimento Cruz, 1864, 61 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Chorographia de Portugal para uso das aulas de instrução primária e secundária*, [24.^a ed.], Lisboa, Typographia da Viuva Costa, 1867, 62 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Chorographia de Portugal para uso das aulas de instrução primária e secundária*, 28.^a ed., Lisboa, Typographia de António José Germano, 1869, 69 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Chorographia de Portugal para uso nas aulas de instrução primária e secundária*, 34.^a ed., Lisboa, [s. n.], 1874, xxix, 64 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Chorographia de Portugal para uso das aulas de instrução primária e secundária*, 35.^a ed., Lisboa, Imprensa Commercial, 1874, 64 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Chorographia de Portugal para uso nas aulas de instrução primária e secundária*, 36.^a ed., Lisboa, Typographia Rua do Crucifixo, 1876, 64 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Chorographia de Portugal para uso nas aulas de instrução primária e secundária*, 37.^a ed., Lisboa, Typographia Rua do Crucifixo, 1877, 64 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Chorografia para uso da instrução secundaria*, 11.^a ed. Lisboa, Typographia da Bibliotheca Universal, 1880, iv, 309 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Geografia Matemática*, Lisboa, Typographia de Santo Antão, 1858, 222 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Geographia Mathematica accommodado ao programma, por que se regem os exames de mathematica elementar, nos lyceus nacionaes, na parte, que diz respeito à geographia mathematica; e accommodado, tão, bem, ao programma, que regula, na eschola polythecnica, os exames de admissão, nesta disciplina*, 2.^a ed., Lisboa, Typographia de António José Germano, 1867, 244 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de geographia commercial e industrial*, Lisboa, Typographia de António José Germano, 1868, 672 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Geographia elementar para uso das aulas de geographia, e historia elementares, comprehendidas no 1.^o anno dos lyceus nacionaes de 1.^a classe*, 3.^a ed., Lisboa, Typographia de José da Costa Nascimento Cruz, 1862, 86 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Geographia*, 1.^a ed., Lisboa, Imprensa Commercial, 1852, [8] + 413 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Geographia*, 2.^a ed., Lisboa, F. X. de Souza, 1853, 326 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Geographia*, [3.^a ed.], Lisboa, Typographia José da Costa, 1860, 402 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Geografia*, [4.^a ed.], Lisboa, s. n., 1862.

- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Geographia para uso da Instrucção Secundaria*, 5.^a ed., Lisboa, Typ. de José da Costa N.C., 1863, 406 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compêndio de Geographia para uso da instrucção secundaria*, 7.^a ed., Lisboa, [s. n.], 1868, 407 + [4] p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Geographia para uso da instrucção secundária*, 9.^a ed., Lisboa, [s. n.], 1874, xxix, 310 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Geographia*, 11.^a ed., Lisboa, Typographia da Bibliotheca Universal, 1880, 309 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Geographia*, 11.^a ed. [reimp], Lisboa, Imprensa Commercial, 1882, 413 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compêndio de Geographia para uso da instrucção secundaria*, 12.^a ed., Lisboa, Typographia da Biblioteca Nacional, 1883, xvi, 429 p.
- PEREIRA, João Felix, *Compendio de Geographia para uso da instrucção secundária*, 13.^a ed., Lisboa, Typographia Lucas Evangelista Torres, 1888, xxxii + xvi + 429 p.
- PEREIRA, João Felix, *Resumo da história de Portugal para uso das aulas de geographia e história elementares*, Lisboa, Typographia de José da Costa, 1860, 117 p.
- PEREIRA, João Felix, *Resumo da História de Portugal. Para uso das aulas de geographia e história elementares comprehendidas no 1.^o anno dos Lyceos nacionaes de 1.^a classe*, 7.^a ed., Lisboa, Typ. José da Costa Nascimento Cruz, 1864, 119 p.
- PEREIRA, José Manuel, *Primeiros principios de Geographia e Chorographia Portugueza*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866, 21 p.
- PRETO, José Joaquim Manso, *Lições de cosmographia, redigidos em harmonia com os artigos do programma official para o ensino da geographia mathematica nos lyceus*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1865, viii, 150 p.
- Principios geraes de chorographia portugueza*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1853, 14 p.
- Principios Geraes de Chorographia Portugueza*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1857, 23 p.
- RAMOS, António Manuel dos, *Compendio de geographia: coordenado em harmonia com os programmas officiaes*, 2.^a ed. muito melhorada, Porto, Livraria Portuense de Lopes e C.^a, 1895, 259 p.
- ROCHA, Lourenço Pinto da, *Noções elementares de chorographia de Portugal*, Nova ed. correcta e melhorada, Porto, Portugueza, 1907, 32 p. (Bibliotheca da Livraria Escolar, 18).
- Resumo da Chorographia de Portugal para os meninos que frequentam as escholae de instrucção primaria*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1854, 16 p.
- SÁ, António Francisco Moreira de, *Compêndio de Chorographia Portugueza*, 1.^a ed., Lisboa, Typographia Franco, Portugueza, 1862.
- SÁ, Antonio Francisco Moreira de, *Compendio de Chorographia Portugueza para uso dos alumnos de instrucção primaria e secundaria*, 1.^a ed. [reimp.] Lisboa, Soc. Typ. Franco, Portugueza, 1863, 54 + [2] p.
- SÁ, Antonio Francisco Moreira de, *Compendio de Chorographia Portugueza para uso dos alumnos de instrucção primaria e secundaria*, 2.^a ed. augmentada, Lisboa, Imprensa de Julio Cesar Torres Coutinho, 1865, 56 p.
- SÁ, António Francisco Moreira de, *Compêndio de Chorographia Portugueza*, 3.^a ed., Lisboa, Typographia Portugueza, 1866.

- SÁ, Antonio Francisco Moreira de, *Compendio de Chorographia Portugueza para uso dos alumnos de instrucção primaria e secundaria* 6.^a ed., Lisboa, Typographia Portugueza, 1871, 62 p.
- SÁ, Antonio Francisco Moreira de, *Compendio de Chorographia Portugueza para uso dos alumnos de instrucção primaria e secundaria*, 7.^a ed., Lisboa, Typ. Lallement Frères, 1873, 62 p.
- SÁ, Antonio Francisco Moreira de, *Compendio de Geographia elementar para uso dos alumnos que frequentam o primeiro anno do curso geral do lycêo. Coordenado*, 1.^a ed., Lisboa, Typographia Universal, 1860, 44 p.
- SÁ, Antonio Francisco Moreira de, *Compendio de Geographia elementar para uso dos alumnos que frequentam o primeiro anno do curso geral do lycêo. Approvado pela Direcção Geral d'Instrucção Publica*, 2.^a ed., Lisboa, Typographia Universal, 1861, 52 p.
- SÁ, António Francisco Moreira de, *Compendio de Geographia elementar*, 3.^a ed. muito aumentada, Lisboa, Typographia Portugueza, 1870, 80 p.
- SÁ, António Francisco Moreira de, *Compendio de Geographia elementar para uso dos alumnos que frequentam as aulas primarias e secundarias*, 4.^a ed. revista, Lisboa, Bibliotheca Universal de Lucas & Filho, 1878, 80 p.
- SÁ, António Francisco Moreira de, *Compêndio de Geographia para uso dos alumnos do quarto anno do curso do Lyceu*, Lisboa, Typographia de Borges, 1859.
- SÁ, António Francisco Moreira de, *Recapitulação do Compendio de Chorographia Portugueza*, Lisboa, Typographia Franco, Portugueza, 1862, 14 p.
- SÁ, António Francisco Moreira de, *Recapitulação do Compendio de Chorographia Portugueza*, 2.^a ed., Lisboa, Typographia de Sales Collaço, 1866.
- SÁ, António Francisco Moreira de, *Recapitulação do Compendio de Chorographia Portugueza*, 3.^a ed., Lisboa, Typographia de Sales Collaço, 1866.
- SACRA, FAMÍLIA, Fr. José da, *Elementos de Geographia e de Cosmographia*, Paris, Typ. de Cerf, 1851.
- SACRA, FAMÍLIA, Fr. José da, *Lições Elementares de Geographia e Chronologia, com seu atlas apropriado, accomodadas ao estado de conhecimentos e mais circunstâncias dos alumnos da aula de Arithmetica, Geometria, Geographia e Chronologia do Real Collegio das Artes da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1830, 92 p.
- SALGADO, Emílio Vidigal, *Chorographia para as escolas coordenada segundo o programma official*, Lisboa, Imprensa Moderna, 1887, 67 p. + 5 mapas.
- SALGADO, Emílio Vidigal, *Chorographia para as escolas coordenada segundo o programma official*, Lisboa, Imprensa Moderna, 1888, 86 p. + 5 mapas.
- SAMPAIO, Adrião Pereira Forjaz de, *Geographia da Infancia para uso das escholae*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1850, 95 p.
- SERRASQUEIRO, José Adelino, *Tratado elementar de cosmographia*, 1.^a ed., Coimbra, J. Diogo Pires, 1893, 243 p.
- SILVA, Augusto Luso da, *Compendio de Geographia para uso dos lyceus comprehendendo idéas cosmographicas, e geographia mathematica; applicações à chronologia, medidas do tempo e calendarios; geographia physica geral e especial, e geographia politica*, Porto, Livraria Portuense de Clavel e C.^a, 1881, 334 p.

- SILVA, Augusto Luso da, *Elementos de Geographia e Chorographia de Portugal*, 4.^a ed., Porto, Livraria Portuense, 1888, XIII, 102 p.
- SILVA, Augusto Luso da, *Elementos de Geographia e Chorographia de Portugal com Ideias Geraes de Cosmographia e Chronologia para uso dos alumnos d'ambos os sexos que se habilitam para os exames de instrucção primaria tanto de admissoão aos lyceus, como de instrucção elementar e complementar*, 6.^a ed., Porto, Livraria Portuense de Lopes e C.^a, 1894, 94 p.
- SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *Elementos de Geographia Physica da Europa, segundo os novos methodos geographicos*, Lisboa, Ferin, 1901, 143 p.
- SOUSA, J. Farinha Dias de; SANTOS, Luiz M. dos, *Compendio de Geographia Geral*, Lisboa, J. A. Rodrigues, 1906, 336 p.
- TAVARES, José da Silva, ver Fr. José da Sacra, Família.
- TELES, Bruno, *Sinopse de Corografia de Portugal. Em harmonia com os Programas das Escolas Primárias*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, L.^{da}, s. d., 72 p.
- TELES, Bruno, *Synopse de Chorographia de Portugal. Em harmonia com os programmas das Escolas Primarias de 18 de Outubro de 1902*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1908, 55 +, [1] p.
- TELES, Bruno, *Synopse de chorographia de Portugal. Em harmonia com os programmas das Escolas Primarias de 18 de Outubro de 1902*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1909, 55 + [1] p.
- TELES, Francisco Xavier da Silva, *Elementos de chorographia portuguesa: ensino primario, 2.º grau*, Lisboa, Centro Typographico Colonial, 1906, 138 p.
- Tratado de geographia, chronologia e historia sagrada, profana e de Portugal: offerecido aos bons estudantes portuguezes por tres anonimos*, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1847, 176 p.
- URCULLO, José de, *Tratado Elementar de Geografia Astronómica, Fizica, Historica ou Politica, Antiga e Moderna*, I, Porto, Imprensa de Álvares Ribeiro, 1835; II, III, Porto, Tipografia Comercial Portuense, 1837, 1839 (2.^a ed. I vol., Porto, Typographia Commercial Portuense, 1841, XLII + 499 p.).
- V. J. C., *Atlas de geographia estatistica*, Paris, Guillard, Aillaud, [18-], 22 p. + 21 mapas.
- VIDAL, Adriano Augusto de Pina, *Principios de Geographia Mathematica approvados pela Junta Consultiva de Instrucção Publica para uso dos Lyceos Nacionaes*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871, 35 p.
- VIDAL, Adriano Augusto de Pina, *Principios de Geographia Mathematica approvados pela Junta Consultiva de Instrucção Publica para uso dos Lyceos Nacionaes*, 2.^a ed. completamente nova e muito augmentada, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1877, 80 p.
- VIDAL, Adriano Augusto de Pina, *Principios de Geographia Mathematica approvados pelo Governo para uso dos Lyceus Nacionaes*, 3.^a ed., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1883, 99 p.
- VIDAL, Adriano Augusto de Pina, *Noções de Cosmografia Elementar*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891, 114 p.
- VIDAL, Adriano Augusto de Pina, *Noções de Cosmografia Elementar*, 2.^a ed., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1901, 178 p.

Construir pirâmides etárias utilizando uma folha de cálculo

*Pedro Damião**

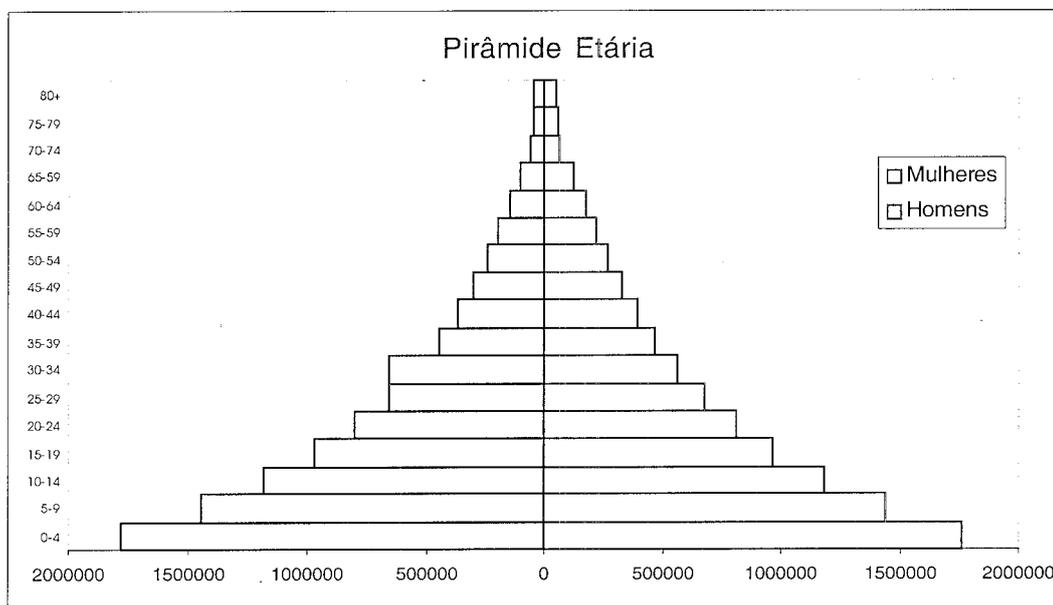
AS pirâmides etárias são um instrumento de representação gráfica que os professores de Geografia utilizam frequentemente e cuja construção é por nós exigida aos alunos. Afinal, nada melhor do que saber representar graficamente a estrutura etária de uma população para melhor saber interpretá-la de seguida. Quantos de nós não fizeram já este exercício? Porém, também necessitamos muitas vezes de construir uma pirâmide etária, qualquer que seja o fim a que se destina. Chegados a este ponto, duas hipóteses se nos colocam: ou construímos a pirâmide manualmente, o que, convenhamos, dá um certo trabalho, ou fotocopiámos uma de um qualquer livro ou manual de Geografia e fazemos dela o uso que mais nos interessa. Outras hipóteses podem, no entanto, ser consideradas se recorrermos a programas específicos para esta tarefa ou se utilizarmos o Microsoft Excel. O Excel permite-nos construir gráficos de variadíssimas formas, e uma pirâmide etária mais não é do que um gráfico, embora com características específicas, que podem ser conseguidas através da sua formatação. Vejamos, então, quais as etapas a seguir na construção de uma pirâmide etária a partir do Microsoft Excel (Office 97).

- 1 – Será necessário dispor dos valores (percentuais ou absolutos) correspondentes às classes etárias dos homens e das mulheres, e criar uma folha de cálculo com os mesmos.
 - 2 – Numa das séries de dados (homens ou mulheres), os valores (em percentagem ou total) têm que ser negativos. No exemplo dado são os dos homens. Adiante explicaremos porque se deve proceder desta forma. Assim, coloque o sinal negativo (–) antes de cada valor de população masculina em todas as classes etárias.
- De seguida, iremos proceder à construção do gráfico propriamente dito.

* Professor de Geografia, Escola E. B. 2, 3 Dr. João das Regras, Lourinhã.

- 3 – Seleccionar todos os valores para homens e mulheres, bem como as classes etárias correspondentes. No menu *Inserir*, seleccionar *Gráfico*; no Assistente de Gráficos escolher *Barras Agrupadas* e premir o botão *Concluir*. A restante formatação do gráfico será feita nos passos que se seguem.
Agora já pode visualizar o seu gráfico, onde a pirâmide já tem uma forma, ainda que com aspecto pouco cuidado.
- 4 – «Clickar» no eixo vertical do gráfico (ao centro) e no menu *Formatar*. De seguida escolher «Eixo seleccionado...». Surgem então várias opções de formatação do eixo: escolher *Padrões* e em seguida seleccionar «Nenhum» em *tipo de marca de escala principal e secundária*; os *Rótulos de marcas de escala* devem ser colocados «Abaixo do gráfico». Observe o gráfico e constate que as classes etárias surgem à esquerda. Deixá-las no centro do gráfico, como é normal, teria uma má leitura, pelo que, assim, também não fica mal de todo. Se quiser colocar as classes etárias à direita, então deve escolher «Acima do gráfico» nos *Rótulos de marcas de escala*.
Como os valores das classes etárias masculinas foram digitados como números negativos, o gráfico faz com que esses valores apareçam abaixo do zero (à esquerda do eixo vertical), o que para o caso em questão é indiferente, pois o que nos interessa é que, visto na vertical, os valores supostamente negativos apareçam à esquerda.
- 5 – «Clickar» sobre uma das barras do gráfico (do lado dos homens, por exemplo), abrir o menu *Formatar* e escolher «Série de dados seleccionada...». Em *Opções*, alterar o valor da *Sobreposição* para 100 e o valor da *Largura* do intervalo para 0 (zero).
Pode observar que a pirâmide vai adquirindo uma forma mais próxima daquilo que é habitual observar-se.
- 6 – «Clickar» no eixo horizontal e no menu *Formatar*. De seguida escolher «Eixo seleccionado...». Em *Número*, seleccionar Personalizado, na *Categoria de número*, e, de seguida, escolher «0;0». Ao proceder desta forma, está a fazer com que o sinal negativo não apareça nos números da base da pirâmide (percentagem ou total de população).
- 7 – Complete o gráfico, adicionando os elementos que considerar necessários: unidade de medida dos valores (percentagem, milhares de pessoas), título do gráfico, legenda (homens, mulheres). Pode ainda alterar as cores dos grupos etários, retirar as linhas de grelha ou modificar a cor de fundo. Ajuste a dimensão do tipo de fonte utilizada para os eixos vertical e horizontal, por forma a que possam ser mostrados todos os grupos etários (eixo vertical, lado esquerdo).
- 8 – Tem agora uma pirâmide etária que pode copiar para o seu processador de texto ou para um programa de apresentações. Pode ainda guardar o ficheiro e voltar a utilizá-lo mais tarde quando necessitar de construir uma nova pirâmide etária. Para tal bastará substituir os valores que introduziu e o gráfico assumirá a formatação anteriormente guardada.

Idade	Homens	Mulheres
0-4	- 15,5643	14,94404
5-9	- 15,7857	13,1252
10-14	- 12,677	9,127048
15-19	- 7,35292	6,408205
20-24	- 7,69519	8,159069
25-29	- 8,07594	9,089514
30-34	- 7,25517	9,059367
35-39	- 7,32278	7,933936
40-44	- 5,83942	6,467864
45-49	- 4,67762	4,661585
50-54	- 2,32826	2,985219
55-59	- 1,45752	2,107448
60-64	- 1,69497	2,887191
65-69	- 1,20149	1,510056
70-74	- 0,6236	0,857986
75-79	- 0,2431	0,362934
80-84	- 0,10934	0,167112
85-89	- 0,05467	0,083556
90-94	- 0,02733	0,041778
95+	- 0,01367	0,020889



Publicação bianual Preço unitário: 750\$00
Distribuição gratuita aos sócios da Associação de Professores de Geografia

A *Apogeo* aceita e agradece os originais que lhe forem enviados.
Caberá, no entanto, à Redacção decidir sobre a oportunidade da inclusão dos textos recebidos.

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores.

Os restantes artigos são da responsabilidade da Direcção.

EDITORIAL 1 ANÁLISES E REFLEXÕES A Geografia Física nos programas de Geografia – «Viagens» pelo séc. xx 3 • Leituras de um processo editorial: Os manuais de ensino de Geografia (1800/1911) 11 • Identidade europeia e programas de Geografia 19 • Por uma Geografia em contracorrente 45

LABORATÓRIO DIDÁTICO Oficina de aprendizagem 51 • Ensinar Geografia no século xx: Uma lista bibliográfica 55

